

ISOLAMENTO E DERROTA DO PPD/CDS

• Falhanço da estratégia da direita, que visava o prosseguimento de uma política ruinosa, de assalto aos órgãos estatizados de comunicação social, de restauração dos privilégios do grande capital, de dependência a interesses antinacionais.

Apesar dos esforços da direita, o debate na Assembleia da República para apreciação do programa do V Governo não só não foi inútil como foi constitucional e politicamente necessário, conforme declarou e explicou o camarada Joaquim Gomes na declaração de voto do Grupo Parlamentar do PCP.

Comentário, intervenção final de Carlos Brito, declaração de voto do PCP por Joaquim Gomes e intervenções de outros deputados comunistas, nas páginas 3 e 4

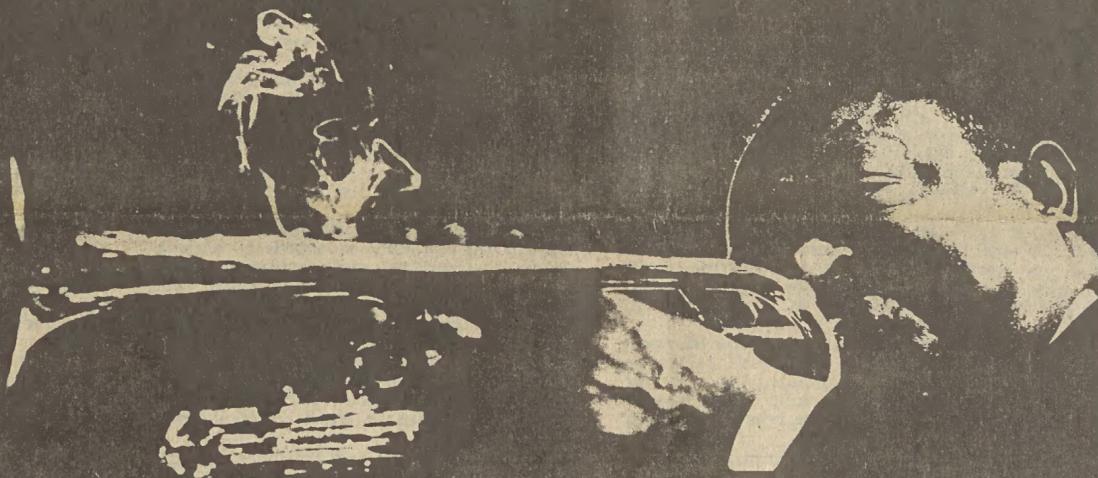


Maria de Lourdes Pintasilgo no decurso da intervenção com que encerrou o debate sobre o programa do V Governo. Uma intervenção que a extrema-direita, nas partes que lhe desagradaram, sublinhou com impropérios, vaia, murros nas bancadas e outras significativas demonstrações da sua falta de civismo e da sua incapacidade congénita em se adaptar às regras da convivência democrática que, quando lhe convém, finge defender

Os artistas
da Festa
do Avante!

págs. centrais

5



Venda da EP

Tarefa inadiável!

No Quadro de Honra que temos regularmente vindo a publicar, registamos hoje mais uma série de casos concretos de quanto vale a organização, o espírito de iniciativa e a imaginação para levar a cabo com êxito aquela que é actualmente, no âmbito da preparação da Festa do Avante!, uma tarefa prioritária: a venda da EP.

É necessário que estes exemplos se multipliquem. O tempo corre — e já só faltam duas semanas (15 dias...) para o início da Festa!



Nos terrenos da Ajuda que vão ser palco e cenário da Festa, os diversos trabalhos de implantação decorrem em bom ritmo. O aspecto do recinto, mesmo para quem passe de automóvel ou autocarro na estrada e veja ao longe, é já completamente diferente. Contribuição decisiva e ajuda preciosa aos camaradas e amigos que lá trabalham em permanência, tem sido o esforço voluntário das muitas centenas dos que, nomeadamente nos fins-de-semana, por vezes vindos de bem longe, lá vão «dar uma mão» naquilo que — e é muito! — haja para fazer. Como foi o caso, no domingo passado, de numeroso grupo de trabalhadores da Reforma Agrária

• Os «patrões» da medicina jogam com a saúde pública

Pág.12

• Novamente os incêndios novamente as calúnias

Pág.10

• Os incidentes de Avis exigem severas medidas

Pág.12

• Aproximam-se as eleições para as autarquias: urge formar as listas!

Pág.2

UMA SEDE NO NORTE A ALTURA DO PARTIDO

PCP

CAMPANHA
20 MIL CONTOS

Organização
Regional
do Norte

Em
mês
e meio
2 mil
contos

Pág.5

Editorial

UM PASSO DECISIVO PARA A DERROTA DA DIREITA

O debate parlamentar do programa do Governo da engenharia Lourdes Pintasilgo — que terminou, como se viu, com a derrota e o isolamento significativos da Aliança Reaccionária — reflectiu com fidelidade a natureza, os propósitos e os objectivos essenciais dos partidos e forças políticas nele intervenientes.

Ficou claro, quer no transcurso da crise governativa quer nos debates parlamentares, que os representantes legais da extrema-direita na Assembleia da República — o PPD e o CDS — tinham, têm e tentaram impor ao País um projecto antidemocrático e anticonstitucional que abrisse o caminho a um novo reinado absoluto da reacção em Portugal, a uma nova ditadura do grande capital financeiro e latifundiário, que, com o apoio aberto do imperialismo, reduzisse a cacças a democracia portuguesa. As intervenções de Freitas do Amaral e de Sá Carneiro na Assembleia são, nesse sentido, muito elucidativas.

Por outro lado, notoriamente, a barca da reacção mete água por alguns buracos, as sementes da cizânia dividem a tripulação, muito do seu poder de fogo não passa de arroltos de pólvora seca.

Também ao longo desta arrastada crise e nos debates parlamentares dos últimos dias vieram de novo a lume, aos olhos dum observador mais atento, as oscilações e os elementos contraditórios da conduta política do PS, o conflito de duas tendências fundamentais que no seu interior se digladiam — uma, apontando ao reforço da unidade das forças democráticas, à firmeza de posições contra os maneios anticonstitucionais e golpistas da extrema-direita, à defesa intransigente do 25 de Abril; outra, apontando à conciliação com as forças conservadoras, aos compromissos inadmissíveis com a direita, ao anticomunismo como alimento comum de um projecto dito democrático, mas que, no seu desenvolvimento lógico, conduziria inevitavelmente ao estrangulamento do Portugal de Abril, à liquidação do próprio PS. A abstenção dos socialistas na votação da moção de rejeição da direita, a intervenção de compromisso de Mário Soares e a declaração de voto no final dos debates, exprimem, além das hesitações e ambiguidades costumadas, as preocupações pela sorte do regime democrático e a necessidade de o defender, que no entanto precisam de ser confirmadas e concretizadas no futuro.

Finalmente ressaltou com meridiana clareza aos olhos de todos os portugueses a coerência e a firmeza política do PCP; a justeza da leitura que tem feito da situação nacional e da arrumação de forças ao longo do processo e em cada momento da conjuntura; a sua flexibilidade táctica; o acerto das suas propostas políticas numa perspectiva de saída constitucional da crise; a capacidade dos comunistas portugueses de reflectirem e exprimirem correctamente, numa dinâmica de massas, os profundos anseios do povo.

Nestes dias esclarecedores de debate parlamentar do Programa do novo Governo, o PPD e o CDS patentearam toda a frustração e raiva da

extrema-direita ante uma saída constitucional que nitidamente faria ruir com fragor os seus planos de hegemonia política arquitectados sobre a intenção de uma fraude eleitoral e a eternização do Poder — pelo menos durante um período conveniente — do governo fascizante, anterior, nominalmente capitaneado por Mota Pinto.

A cara política da reacção em Portugal mostrou-se mais uma vez tal qual é perante o Povo português. Numa táctica em que o golpismo se tem combinado com o jogo das instituições e com o domínio de posições determinantes no Executivo e nos órgãos de comunicação social estatizados, um resultado eleitoral favorável à Aliança Reaccionária — a obter por métodos anticonstitucionais — deveria coroar um longo processo de desestabilização política, económica, social e militar da extrema-direita e garantir-lhe por esta via o controlo absoluto da máquina do Estado.

A iniciativa presidencial de dissolver a Assembleia da República e de convocar eleições gerais intercalares, a formação de um novo Executivo chefiado pela engenharia Maria de Lourdes Pintasilgo na sequência da exoneração do negregado governo Mota Pinto/PPD/CDS, tudo isso na mais estrita obediência aos pressupostos constitucionais, pôs fora de si os partidos da Aliança Reaccionária e toda a reacção que jogavam noutro naipe.

Viu-se então os chefes de fila da extrema-direita, no parlamento e fora dele, caírem na desesperação, perderem o verniz e sentido das conveniências, multiplicarem ataques dos mais soezes contra o órgão de soberania Presidência da República, e à senhora Primeiro-Ministro, reactivarem a ofensiva desestabilizadora contra a ordem e a legalidade democráticas, da qual os pontos mais quentes são no presente as novas violências praticadas na Zona de Intervenção da Reforma Agrária e a greve dos patrões reaccionários da Medicina, cujos objectivos políticos são indistigáveis.

Os ataques descabelados e provocatórios dos Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Rosetas, Rui Pena, Abecassis, Amaro da Costa & C., à Primeiro-Ministro e ao PR não podem, aliás, desligar-se da vasta acção desestabilizadora de há muito posta em prática pelas forças reaccionárias portuguesas aliadas ao imperialismo e nos planos mais diversos.

No plano político têm constituído objectivos da ofensiva desestabilizadora da extrema-direita a paralisação das instituições democráticas, a imposição da inconstitucionalidade como forma de governação do País sob o controlo da direita, a inoperância e um estado permanente de conflito entre o órgão de soberania, a provocação do impasse constitucional.

No plano económico, a inviabilização das novas formas da economia portuguesa saídas da Revolução — as nacionalizações, o sector cooperativo na indústria e na agricultura, o sector autogestionário — a descapitalização das empresas

públicas em benefício do sector privado; o desrespeito pelos limites e pelas dinâmicas próprias das novas formações económicas; a sementeira do caos onde se afunde toda a legítima esperança de recuperação da nossa economia, que se pretendeu inserir cada vez mais num sistema capitalista mundial roído por profunda crise; a submissão ao FMI e aos interesses mais gerais do capital estrangeiro da nossa actividade produtiva e dos nossos ritmos de desenvolvimento económico — enfim, a criação de condições justificativas para operar posteriormente a transferência das empresas públicas mais rendíveis para o sector privado, reabrindo assim de novo o caminho aos monopólios.

No plano social descarregar o peso da crise sobre as classes trabalhadoras, agravar o custo de vida e o desemprego, introduzir métodos repressivos e violentos contra os trabalhadores, provocar instabilidade social no sentido mais amplo através da exploração desenfreada da classe operária e da ruína e esbulhamento desumano dos pequenos e médios agricultores, rendeiros e proprietários e dos pequenos e médios empresários da indústria e do comércio.

No plano militar extinguir o Conselho da Revolução antes de qualquer revisão constitucional da Constituição, criar e agravar no seio das Forças Armadas um conflito hierárquico artificial, submeter as Forças Armadas portuguesas aos comandos e aos objectivos estratégicos do imperialismo e da NATO.

Por outro lado, as intervenções dos líderes da direita nos debates parlamentares sobre o programa do Governo tocaram por vezes as raízes do ridículo e do cinismo.

Os dirigentes da Aliança Reaccionária em coro criticam asperamente o Presidente da República por não ter dissolvido a Assembleia, mas torna-se evidente que o que pretendiam de facto não era a dissolução mas a extinção pura e simples daquele órgão de soberania.

Em jeito de desculpa prévia pelo desaire eleitoral que receia, Sá Carneiro manifesta-se imensamente preocupado com a neve nas áreas tradicionais de influência política do seu partido na ocasião previsível do acto eleitoral, mas quer impor o voto obrigatório para forçar eleitores a calorrear em a neve para votar no PPD... Além disso verte lágrimas de crocodilo pelas condições de atraso geral nas regiões serranas do interior e do Norte do País, mas foi o PPD que propôs e votou na Assembleia da República, juntamente com o CDS e o PS, a famigerada lei do arrendamento rural ao abrigo da qual muito milhares de rendeiros daquelas regiões são desapidadamente expulsos das terras que desbravaram e tornaram produtivas, sem quaisquer garantias de defesa legal contra as prepotências dos senhorios ricos e é ainda do seu partido, juntamente com o CDS, que na maior parte das autarquias que controla nada fez em benefício das populações locais, nenhuma iniciativa levou a cabo para atenuar a miséria e o atraso social a que o domínio de classe da grande burguesia, que

representam, condenou as povoações do interior dominadas pelos caciques do PPD e do CDS.

Este desprezo e brutal despiidade dos partidos reaccionários pelas camadas mais pobres da nossa população estão ainda presentes na greve dos patrões da medicina privada, claramente integrada não em quaisquer reivindicações atendíveis da classe médica, não em qualquer pressão para a aprovação do chamado «estatuto médico», mas nos objectivos de desestabilização política do PPD e do CDS para forçar a seu favor a solução da crise actual.

O novo Governo de Lourdes Pintasilgo passou na Assembleia da República, a senhora Primeiro-Ministro quer no início quer no final do debate pronunciou palavras que são um compromisso solene perante o Povo português.

Não bastam, porém, afirmações de princípio nem de intenções — é necessário agora que os compromissos não fiquem nas palavras.

A reacção foi derrotada no parlamento mas ainda não o foi na sua actividade desestabilizadora nem na pugna eleitoral.

Significativamente Sá Carneiro perguntava na Assembleia da República: «Mas haverá eleições?». Para travar a reacção nefasta da extrema-direita em todos os terrenos é necessário uma atitude firme de defesa das instituições democráticas, medidas concretas de apaziguamento e de rectificação prática e imediata das ilegalidades mais gritantes do governo anterior, o respeito absoluto da Constituição.

O que se passou em Avis com o selvático espancamento e o uso da tortura pela GNR contra um eleito do povo, responsável pela edilidade local, denota a persistência da dinâmica repressiva e violenta de ódio contra os trabalhadores, inaugurada por Vaz Portugal nas terras do Alentejo e que, a não ser detida, pode arrastar o Governo para um terreno resvalado de ilegalidades de cuja responsabilidade não poderia eximir-se.

A genuidade das eleições impõe, fundamentalmente, assegurar condições de isenção, de liberdade e de seriedade do acto eleitoral e das operações preparatórias. Este é um compromisso solene afirmado pela Primeiro-Ministro e pelo Presidente da República. Cumpr-lo é um dever de honra. O Partido Comunista Português sempre afirmou a sua confiança nas instituições, nas possibilidades constitucionais para vencer a crise. Mesmo nos momentos mais sombrios do consulado Mota Pinto/PPD/CDS os comunistas sempre afirmaram que era possível operar uma viragem política favorável à democracia, que era possível defender e consolidar as conquistas de Abril.

Seguramente, os resultados eleitorais confirmarão pela derrota das forças reaccionárias, a justeza das afirmações do PCP que se apoiam na experiência, na confiança e nos sentimentos profundos das massas populares.

Os «100 dias» poderão abrir o caminho a um revigoramento da democracia que poderá ele também rasgar novos horizontes ao Povo português e ao Portugal de Abril.

Estão à porta as eleições para as autarquias

A marcação e preparação das eleições para as autarquias locais é uma das importantes tarefas que ao actual Governo cumpre levar a cabo, no estrito respeito pelo cumprimento da legislação em vigor sobre esta matéria.

Com efeito, não obstante as tentativas (não fundamentadas) para fazer crer o contrário, mantém-se indiscutivelmente em vigor a lei que regula a eleição dos órgãos autárquicos, aprovada pelo I Governo Constitucional ao abrigo

do Artigo 303 da Constituição da República.

A Lei 79/77 (lei das autarquias), aprovada posteriormente, não alterou o Decreto-Lei 701-B/76, pelo que o mesmo se mantém plenamente válido. O facto de

aquela lei não ter sido revista até 31 de Dezembro de 1978, como estava previsto, não lhe retira a legitimidade.

Esta a opinião unânime dos especialistas da matéria, reforçada ainda pelo facto de todas as eleições suplementares para as autarquias locais realizadas durante o corrente ano se terem processado ao abrigo do referido Decreto-Lei 701-B/76.

Tem-se, assim, que compete ao Governo marcar, com a antecedência mínima de 70 dias, as

eleições para os órgãos de poder local.

Se se considerar que os actuais eleitos o foram expressamente para o prazo de três anos; que a tomada de posse se verificou em 3 de Janeiro de 1977, que é legítimo que os novos eleitos tomem igualmente posse no início do ano civil, de modo a que a sua gestão não venha a ser afectada pelas decisões das anteriores administrações; conclui-se inevitavelmente que as eleições para as autarquias terão de se

realizar até 16 de Dezembro do ano corrente (último domingo «útil» do ano, uma vez que os restantes

• É urgente acabar a elaboração das listas!

coincidem com os períodos de Natal e passagem de ano). Assim, e tendo presente que as eleições são marcadas com 70

dias de antecedência e as listas têm de ser entregues até 44 dias antes do acto eleitoral, impõe-se como uma tarefa fundamental a rápida formação de listas em todo o país.

Como nada impede que as eleições para as autarquias se realizem antes de Dezembro (desde que os eleitos só tomem posse após terminado o mandato dos actuais autarcas) a tarefa da formação de listas assume um carácter de urgência.

Este trabalho, aliás, não pode nem deve ser desligado da preparação das eleições intercalares, pois obviamente todo o trabalho de escolha de candidatos para autarquias terá uma importância relevante no esclarecimento político indispensável à campanha eleitoral para a eleição dos deputados à Assembleia da República.

A complexidade da actual situação política exige um esforço e dedicação ainda maior de todos

os democratas em geral e dos comunistas em particular. A compreensão de que os trabalhos preparatórios para as eleições locais são da máxima importância para reforçar a representação das forças democráticas na Assembleia da República torna-se indispensável para levar a cabo esta tarefa.

As eleições para as autarquias (como as intercalares) estão à porta. O prazo para a formação de listas já não é muito. Há que meter mãos à obra. Rapidamente!

Saudação do CC do PCP ao CC do PC Libanês

Queridos Camaradas:

Por motivo da realização do 4.º Congresso do PC Libanês, o CC do PCP envia-vos, e através de vós a todos os comunistas libaneses, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

É com particular atenção e emoção que em Portugal seguimos a luta do PC Libanês. O PCP é solidário com a luta dos comunistas e das forças democráticas libaneses para fazer face à ofensiva imperialista-sionista na região, para rechazar a agressão israelita ligada com as forças fascistas internas e para defender a independência e integridade territorial do Líbano, pela unidade das forças patrióticas e progressistas libaneses e sua aliança com a resistência palestina dirigida pela OLP.

O PCP considera uma tarefa fundamental das forças democráticas e amantes da paz do mundo inteiro, a luta contra as manobras, provocações e agressões do imperialismo no Médio Oriente, que visam impedir o avanço do movimento de emancipação nacional e social dos

povos árabes, liquidar a resistência palestina, os regimes progressistas da região, assegurar a todo o custo o controlo pelo imperialismo de importantes posições políticas, económicas e estratégicas. Por isso condena energicamente os acordos de Camp David e considera que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só é possível através de uma solução global, com a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados, com o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino incluindo o da construção da sua própria pátria independente e soberana.

O PCP exprime a sua convicção de que a unidade das forças revolucionárias, patrióticas e progressistas dos países árabes contando com a solidariedade dos países socialistas e de todas as forças anti-imperialistas, conduzirá à derrota dos planos do imperialismo na região.

Guando se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, o PCP considera inseparáveis os seus deveres patrióticos e internacionais, considera cada vitória das forças

revolucionárias no mundo como um estímulo e uma contribuição à sua própria luta.

A revolução portuguesa tem seguido um caminho complexo e acidentado.

As forças reaccionárias e o imperialismo desencadearam uma violenta ofensiva para destruir as nacionalizações, a Reforma Agrária e demais conquistas revolucionárias. A classe operária liderando um vasto movimento popular de massas, no qual o Partido Comunista desempenha um papel determinante, faz frente com determinação a essa ofensiva. A recente queda do governo dos partidos da direita e a convocação de eleições gerais intercalares para o próximo Outono, constituindo uma saída constitucional reclamada pelo PCP e outras forças democráticas, é fruto da luta do Povo português contra a acção violenta, abertamente antipopular e antinacional daquele governo, abre novas possibilidades para a solução democrática da crise.

Trabalhando dentro da orientação traçada pelo IX Congresso recentemente realizado, o PCP está confiante em

que a reacção será derrotada, o regime democrático consagrado na Constituição será defendido e Portugal prosseguirá no caminho traçado pela revolução de 25 de Abril.

Queridos camaradas Fazemos os melhores votos para que as decisões do 4.º Congresso do PC Libanês contribuam para aproximar o momento da vitória da classe operária, dos trabalhadores e das forças democráticas do vosso país sobre o imperialismo, o sionismo e a reacção.

Fazemos votos para que os fraternais laços de amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PC Libanês se estreitem ainda mais no interesse dos nossos dois povos e países, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e da causa comum da Democracia, da Paz e do Socialismo.

Viva o 4.º Congresso do PC Libanês!
Viva a Amizade e a Solidariedade entre o PCP e o PCL!
Viva o Internacionalismo Proletário!



Congresso do PC dos EUA

Partiu para os Estados Unidos da América, o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido Comunista Português e responsável da Secção Internacional, a fim de representar o Partido no 22.º Congresso Nacional do Partido Comunista dos EUA. Este Congresso, que se realiza em Detroit, antecede de alguns dias a comemoração, a 1 de Setembro, do 60.º aniversário do PC dos Estados Unidos da América.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes, 1-1999-Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARIL, Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º, 1-1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes, 1-1999 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARIL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º, 1-1000 Lisboa. Tel. 779628/779625.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sôco, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 28939.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 31441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúcha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 29381.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779628.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Haeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Julho: 74 200

Os Comunistas na Assembleia da República

Debate esclarecedor e politicamente necessário

Por entre o grande alarido da direita, o Governo passou. E tornou-se até simpático, mais pelos ataques que os partidos reaccionários lhe fizeram do que por aberto apoio — que não houve — da parte dos deputados democráticos, nomeadamente dos comunistas, cujas reservas quanto a alguns aspectos da anunciada política deste Governo justificaram o voto de abstenção.

Apenas os dissidentes de partidos votaram contra a moção reaccionária da aliança. O próprio Cunha Simões, ex-CDS, o primeiro deputado a usar da palavra na quinta-feira passada, na parte da manhã de uma sessão em que não abundaram as intervenções — de tal modo que, a meio, foi anunciada a sua interrupção para continuar depois do almoço —, partiu em guerra contra a aliança do PPD e do CDS, apoiando, por outro lado, o Governo nas suas intenções de realizar eleições. «Se Cristo aqui viesse — afirmou — havia de se lhe pedir adiantado o dinheiro e o menu da última ceia.»

As referências e as imagens da Antiguidade iam, entretanto, abundar durante o debate, a par de referências religiosas. Salomão esteve presente, a cortar o país ao meio, o Corão entrou em São Bento pelas palavras de Lopes Cardoso — «O PPD é grande e Roseta o seu profeta» —, Sá Carneiro insurgiu-se contra a Igreja Católica, Cunha Leal apelidou os novos ministros de defensores das Termópilas. E assim por diante, à mistura com muitas citações de autores pouco modernos no tempo e muito antigos nas concepções. O tom medievo, no temor obscuro que lhes inspira o novo Governo, deu-o, quase no final, o deputado Freitas, apurando o ouvido para o «tilintar das espadas», «no momento em que a democracia corre algum risco».

Mas à parte os floreios, as hesitações, os medos, os boicotes, as insinuações e os insultos, houve debate. Perguntas foram colocadas, respostas foram dadas,

apreciações foram tecidas, a votação que não aprovou a moção reaccionária veio permitir ao Governo governar. O debate — conforme afirmaria no final Joaquim Gomes — não só não foi inútil como foi constitucional e politicamente necessário.

O destempero

Destempero e pobreza de ideias em relação ao debate, eis como caracterizou Carlos Brito, na sua intervenção de encerramento, a atitude dos partidos colocados à direita do hemiciclo. As hostilidades seriam abertas, logo na tarde de quinta-feira, com a apresentação da moção de rejeição, cujo texto e considerandos mereceriam o repúdio dos independentes, dos socialistas e dos comunistas. E o destempero viria a continuar, culminando com o arraial de barulho com que os membros do PPD, seguidos de alguns do CDS, interromperam o discurso final de Primeiro-Ministro. Batendo nas mesas, gritando alto, pontapeando as bancadas, só conseguiram, porém, sublinhar o seu isolamento na Assembleia. E deram, desse modo, mais alguns passos no isolamento crescente que, junto do eleitorado, já disfrutam.

Apesar de Pedro Roseta, mais comedido que nas suas anteriores exhibições, ter apelidado de «graves e ponderosas» as razões por que fora apresentada a moção, apesar de Amaro da Costa se ter desenhado a medilha uma ladainha miserabilista e de ambos lamentarem a «conciliação do Governo com o PCP» ou «o agrado político» do PS e do PCP «perante este Governo», demonstrado apenas ficou que a solução constitucional achada colidia frontalmente com os objectivos e as esperanças golpistas que os animavam. E Carlos Brito, comentando o discurso de Roseta, diria dos objectivos da

«aliança»: **queria a revisão anticonstitucional da Constituição. Perdeu! Queria o referendo. Perdeu! Queria o Governo Mota Pinto até às eleições intercalares. Perdeu! E na consulta popular vai perder também!**

«Para que servem então as próximas eleições», perguntaria Pedro Roseta, recendo o projecto e a filosofia do Governo que as prepara. O receio da próxima consulta eleitoral foi a tônica, também, das intervenções de todos os partidos menos, evidentemente, do Partido Comunista que, nas suas intervenções, e nomeadamente na de Joaquim Gomes, manifestaria a certeza da vitória democrática, reafirmando a nossa convicção, baseada em análises sociopolíticas, que a direita voltará a ser a minoria e o PCP reforçada a sua posição.

As eleições à vista

Para Sá Carneiro, o problema põe-se de outro modo. Depois de, no seu improvisado, afirmar que o PPD pede as eleições há dois anos, provando que a sua memória é curta — recorde-se que fora precisamente o PCP a propor as eleições em Julho de 1977, como uma das alternativas que se colocavam para resolver a crise, perante o coro indignado de todos os outros agrupamentos políticos da Assembleia —, o dirigente máximo do PPD mostrou recar as eleições à chuva. Que a chuva e o frio iriam beneficiar a maioria de esquerda!

Os ataques ao Governo e aos militares, à Igreja e ao Presidente da República seriam glosados a partir do discurso anterior de Freitas do Amaral, que já dera o tom. Em delírio, o dirigente do CDS não se ficou pelas referências às próximas eleições. Preocupam-nos já as presidenciais. E fez questão de declarar que não voltaria

a apoiar uma eventual candidatura do general Ramalho Eanes.

Mão estendida para sair do poço

Revelando, porém, no meio de uma arrogância de fachada, a certeza de que, a partir de agora, os dados estão lançados para uma derrota da direita reaccionária, de que, por mais alianças — com a coroa do PPM ou sem ela — que façam, por mais bênçãos que peçam às cortes estrangeiras, o voto do povo vai julgar os actos das governações anteriores, Amândio de Azevedo, ao intervir depois da votação, estendeu a mão ao PS. Que o PS ainda viria a concluir que eles, «os democratas», é que tinham razão.

Muito autocrítico e preparando uma nova imagem eleitoral, o PS nada respondeu. Quer dizer, não repudiou prontamente a tal mãozinha estendida, contrastando nessa posição com a que publicamente vem tomando em relação aos comunistas. Decididamente o futuro não se anuncia risonho para muitos e as convergências ainda só agora começaram.

Para já, o Governo passou. Encerrada que for a Assembleia, dissolvida que esteja depois de aprovadas as autorizações legislativas que o Governo solicitou mal tinha sido reprovada a moção de rejeição e depois utilizadas essas autorizações, que contam com a atitude positiva da maioria dos deputados, o Governo governará. E o PCP, como afirmou Joaquim Gomes, apoiará as medidas e decisões justas do Governo, mas não deixará de criticar e, mesmo, de combater os actos que sejam lesivos dos interesses dos trabalhadores e do povo português, da recuperação económica do nosso país e da consolidação do regime democrático.

Carlos Brito, na intervenção final A vida demonstra que é necessária uma nova política

A concluir a intervenção do Grupo Parlamentar do PCP no debate sobre o Programa do V Governo, cumpre-nos declarar que, para a bancada comunista, não foram em vão estes dias de trabalho, ocupados na apreciação das orientações que o Executivo presidido pela Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, se propõe pôr em prática, tendo em vista a realização das eleições legislativas intercalares e durante «o período de 100 dias» em que desenvolverá a sua acção, se obtiver, como tudo indica, a investidura da Assembleia da República.

São duas de natureza diferente as principais conclusões que retiramos do debate: a primeira, reside na confirmação da expectativa positiva em que nos colocámos desde o início, sobre o propósito deste Governo de promover «um clima de serenidade» e de pautar pela isenção a sua actuação em tudo o que se relaciona com o processo eleitoral; a segunda, consiste no acrescentamento das preocupações que aqui anunciamos desde a primeira hora, relativamente à estratégia de continuidade em matéria de orientação económica, designadamente no que se refere às exigências do Fundo Monetário Internacional, o que, a nosso ver, pode delatar por terra intenções positivas anunciadas pelo Governo em diversos domínios, dificultando seriamente o abrandamento das tensões sociais e políticas.

Voltaremos mais desenvolidamente a estas duas conclusões. Antes de fazê-lo, importa considerar um outro aspecto deste debate, o do seu próprio sentido, uma vez que foi acerbamente questionado.

PPD/PSD e CDS, em palavras iguais e que seria ocioso repetir, **declaram-no sem sentido nenhum**. Importa dizer que os «coligados» não foram capazes de produzir qualquer argumento convincente, que pusesse em causa o processo institucional que conduziu a este Governo e a este debate, nem sobre o carácter constitucional de um e de outro. Diz-se que o Governo ficará diminuído com a dissolução da Assembleia da República, o que ninguém contesta, não basta para proclamar a inutilidade de lhe tomar contas à partida, de averiguar dos seus propósitos, de suscitar um compromisso com os representantes do povo que ainda somos.

O que se estranha é que dois partidos aqui representados insistam, contra o mais claro bom senso, em que não é esta a forma mais transparente e mais conveniente para a democracia portuguesa de pôr em marcha um Governo que vá desenvolver a sua actividade durante o período de dissolução da Assembleia da República.

O processo de formação e debate sobre o Programa deste Governo não têm sentido para o PPD e o CDS não porque os mesmos sejam inconstitucionais, mas porque eram inconstitucionais os planos destes dois partidos. Para o PPD e o CDS, este Governo e este debate não têm sentido nenhum porque era totalmente diferente o plano que os dois partidos da direita coligados tinham amadurecido, estabelecido e dado por adquirido para chegarem ao poder e mudarem o rumo das coisas em Portugal.

A realização de eleições legislativas que antecipassem as de 1980, a associação do referendo ao acto eleitoral, a manutenção do Governo Mota Pinto como governo de gestão na plenitude das competências ou até mesmo demitido, a dominação dos órgãos de comunicação social estatizados e a sua completa instrumentalização, são algumas das peças conhecidas do plano de que obviamente fazia parte também o reagrupamento das forças

reaccionárias, conservadoras e monárquicas, numa nova «acção nacional popular», que os seus membros reabilitaram com a designação de «aliança democrática».

Este Governo e este debate não têm nenhum sentido para o PPD e o CDS porque representam uma afirmação do país real, que interrompe subitamente o elevadíssimo sonho com que a direita já se representava reinstalada no poder. Mas a manobra fracassou, o sonho dissipou-se, impuseram-se as realidades e o país pôde observar a verdadeira face das forças reaccionárias.

A caterva de insultos, as campanhas de difamação dos órgãos de informação sob o seu controlo, incluindo estatizados, atitudes discorteses e antidemocráticas como não se haviam visto depois do 25 de Abril, onde avulta a recusa da entrevista com o Primeiro-Ministro indigido de Portugal, ao mesmo tempo que se escolhe a oportunidade para visitar a corte do Rei de Espanha, as operações desestabilizadoras, entre as quais avultam as provocações na zona da Reforma Agrária e a greve ilegal da direcção da Ordem dos Médicos, os actos falhados, o destempero e a pobreza de ideias em relação a este debate e ao decorrer dele, testem-nam tanto as desmedidas a ambições da direita e a arrogância que se assumiu ao julgá-las consumadas, como o desespor e o abatimento ao vê-las comprometidas.



Flores para Maria de Lourdes Pintasilgo, depois das palavras, dos insultos ou da séria discussão. No final dos debates, os cravos de Abril, a sublinhar a simpatia que merece a primeira mulher a chefiar um Governo, às trabalhadoras da Assembleia da República, que já viram muitos governos passar. Acompanhadas das deputadas do PS e do Partido Comunista, funcionárias da AR não quiseram deixar de sublinhar a esperança de que este Governo venha a ser diferente.

Vale a pena considerar um dos principais motivos de ataque ao actual Executivo, que aqui foi trazido pelos oradores da coligação reaccionária-monárquica: é o de que a inclusão no elenco governamental de antigos membros do PPD constitui uma «gratuita e intolerável provocação» a esse partido.

Será mesmo? Então e Mota Pinto, não era ele também um dissidente do PPD? Que se saiba, não só a sua indigitação para o cargo de Primeiro-Ministro não foi considerada uma «gratuita e intolerável provocação», como o próprio presidente do PPD assistiu ao seu acto de posse.

A sensibilidade irritada que o PPD hoje manifesta em relação ao desempenho de cargos públicos por parte de antigos membros desse partido confirma o que então afirmámos: é que Mota Pinto não era um ex-PPD, era sim um ex-dissidente. E por isso, a designação do Governo Mota Pinto/PPD foi não só adequada mas legítima.

aliquando reaccionária-monárquica, representando uma amostra significativa do que esta faria se voltasse a ser Governo do País e que serve, seguramente a muitos portugueses para orientarem a sua própria escolha eleitoral.

Como mostra, os seus resultados são esclarecedores para o povo português: agravamento das dificuldades económicas e financeiras do País e da dependência em relação ao imperialismo, degradação das condições de vida das massas populares, aumento do desemprego, violação da Constituição e das leis, restabelecimento de um clima de repressão contra os trabalhadores e o povo, descarada e inconstitucional ofensiva contra as transformações democráticas operadas em Portugal depois do 25 de Abril juntam-se a esta amostra, as amostras dos governos regionais do PPD nos Açores e na Madeira onde a injustiça social mais brutal, a exploração mais desenfreada e os atentados permanentes às liberdades e direitos dos cidadãos continuam praticamente como se o 25 de Abril não tivesse passado pela terra portuguesa. É assim que o direito governa. Não é este o futuro que a grande maioria dos portugueses quer para Portugal.

Voltamos aqui às duas conclusões principais deste debate, que atrás referimos, para dizer, em relação à primeira, isto é, ao propósito do Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo de criar um «clima de serenidade», que é em face do quadro deixado pelo

mas emergia da opção de fundo da sua política, isto é, o propósito de restaurar a todo o custo e aceleradamente o poder económico e político do grande capital.

A política de austeridade, ou o chamado «programa de estabilização», ou tudo dito mais crua e mais exigências do Fundo Monetário Internacional representaram para o Governo anterior, a par de outros evidentemente, instrumentos privilegiados para a consecução dos seus objectivos reaccionários.

A reafirmação durante o debate da estratégia da continuidade já anunciada no Programa, em relação à aspectos de fundo dessa política e a tentativa de valorizar alguns dos seus resultados não podia evidentemente deixar de acentuar as nossas preocupações.

A subordinação aos ditames do FMI, a política dos pacotes, a política de austeridade para os trabalhadores e para as camadas médias e de acumulação para os sectores parasitários e para os grandes capitalistas e agrários tem sido uma política de desastre que as estatísticas e a vida demonstram, nos mercados, nos transportes, nas fábricas e nos campos.

Argumenta-se que houve uma melhoria na balança de transacções correntes. Ora a verdade é que o défice da balança comercial, principal componente da balança de pagamentos e a que melhor reflecte a situação económica, tem continuado a aumentar e se o seu ritmo abrandou, isto deve-se,

agravamento em 1978, com um acréscimo segundo o INE, de mais 25 000 desempregados. O peso do desemprego feminino em relação ao total passou de 54,6% em 1977 para 60,3% em 1978 e em 1979 a situação continua a agravar-se.

Por outro lado, se analisarmos a evolução do índice de preços pelos seus componentes, facilmente se verifica sobre quem tem recaído o maior fardo do custo de vida. Em 1978 a taxa mais elevada verificou-se nas «despesas de habitação» (mais 23,8%), logo seguida pela «alimentação e bebidas» (com mais 21,1%).

Além disso, o Relatório do Banco de Portugal de 1979, ao analisar a variação dos preços, não deixa margem a dúvidas ao afirmar que a componente «outros rendimentos», cuja subcomponente principal são os lucros, foi responsável em 1978 por 48,3% da variação dos preços e isto quando a produtividade do trabalho aumenta.

Será pois que o que se considera êxito é o ter-se diminuído os salários reais só em 1978 na ordem dos 5,4% em Lisboa e 10% no Porto, chegando o Banco de Portugal a expressar, que aqueles se situam hoje a nível inferior aos de 1968?

Será que se considera ainda êxito da política dos pacotes e da política do Governo Mota Pinto/PPD/CDS o ter-se atingido como nunca um grau de concentração do nosso comércio externo (82% das exportações e 77% das importações com os países da OCDE)?

É necessária uma nova política, é a vida que o demonstra. Com isto não pretendemos desvalorizar os objectivos e medidas positivas anunciadas e que têm em vista minorar os efeitos desastrosos desta política, designadamente, como se refere no Programa, «os que comprometem o desenvolvimento a médio prazo e os que mais afectam o actual nível de vida e de emprego dos portugueses».

Tivemos ocasião ao longo do debate de detalhar todos aqueles que nos mereciam maior apreço e anunciámos o propósito do nosso lado de contribuir para que sejam alcançados.

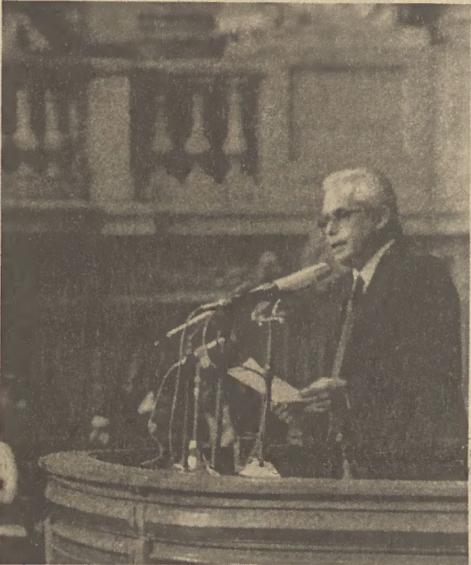
Recamos contudo que, a não se encerrar uma inversão da estratégia de fundo, a dinâmica dos processos até agora seguidos continue a conduzir aos mesmos resultados. A grave situação a que a política de recuperação capitalista conduziu o País e o povo não se resolve com mezinhas caseiras, com medidas desgarradas, por muito que isoladamente cada uma delas se revele carregada de justiça. A situação exige uma autêntica viragem democrática da política nacional.

O PCP preconiza uma nova política que se adequa à satisfação dos interesses das mais largas camadas da população portuguesa, que tenha em conta as realidades do Portugal democrático, e que assente na defesa da unidade da Pátria e da independência nacional.

Como primeiro pressuposto, impõe-se que essa política se balize pelo rigoroso cumprimento da Constituição e pelo respeito integral das liberdades e dos direitos dos cidadãos. A vida vem demonstrando que são as forças reaccionárias que violam sistematicamente a legalidade democrática, enquanto as forças do progresso social actuam no respeito rigoroso do regime democrático e constituem-se no baluarte da sua defesa.

Para que o bem-estar e a satisfação das populações possam ser alcançados e o País possa sair da grave crise que atravessa, o PCP preconiza uma nova política económica e financeira, virada para o desenvolvimento e assente nos recursos e energias internas. Essa política é possível e é urgente.

Os grandes projectos nacionais, como a barragem do Alqueva e o Plano Siderúrgico Nacional, devem ser rejeitados e os sectores básicos da economia consolidados e desenvolvidos. Em muitas actividades, impõem-se medidas eficazes de reestruturação, reconversão e reequipamento de empresas.



Carlos Brito, na intervenção final: «Uma viragem democrática da política nacional pressupõe obrigatoriamente a rectificação dos actos e decisões arbitrárias, injustas, ilegais e inconstitucionais».

O PCP defende uma nova política financeira, designadamente na concessão de crédito e na fixação de juros, que vise a dinamização da economia e não constitua um espartilho para as pequenas e médias empresas.

O PCP defende uma alteração profunda da política comercial, visando a racionalização do sector, o combate à especulação, ao parasitismo e às situações imorais de monopólio, e contendo medidas que apoiem e defendam os produtores, os consumidores e os pequenos e médios comerciantes.

O PCP entende que urge diversificar o comércio externo, estabelecendo e intensificando relações comerciais com outros países que não a média dúzia que hoje praticamente monopolizam as nossas compras e as nossas vendas, entendemos ainda que, em vários sectores, se impõe a substituição de produtos importados por produtos nacionais, combatendo também desta forma o défice externo e incrementando a produção nacional.

O PCP preconiza uma nova política agrícola, que vise a satisfação dos interesses dos pequenos agricultores, reñeiros, seareiros e trabalhadores das cooperativas e UCP's, por forma a aumentar o produto agrícola, garantindo os preços e o escoamento dos produtos, facilitando o crédito e fornecendo o indispensável apoio técnico.

É evidente que uma tal política exige a mobilização, o empenho e o esforço criador de milhões de portugueses, trabalhadores, camponeses, técnicos e intelectuais, pequenos e médios comerciantes e industriais. Mas tal esforço não será seguramente negado se um dos traços característicos dessa política, tal como o PCP preconiza e considera prioritário, for a melhoria das condições de vida material e cultural do povo.

O PCP entende que se impõe o desburocratamento da contratação colectiva e dos salários, no mínimo, acompanhem o aumento dos preços.

O PCP defende a satisfação das reivindicações dos reformados e pensionistas.

O PCP preconiza o combate a uma criação de novos postos de trabalho, que permita a colocação, tão rápida quanto possível, dos milhares de desempregados e dos jovens em busca do primeiro emprego.

O PCP defende que a qualidade dos serviços de saúde seja

A circunstância da Assembleia da República ser chamada a apreciar pela quinta vez em três anos, um Programa de Governo e de fazê-lo agora para preparar as condições da sua própria dissolução, já decidida pelo Presidente da República, coloca vivamente a questão da estabilidade governativa à profunda reflexão de quantos detêm ou tiveram responsabilidades nos órgãos de soberania, às forças democráticas, ao povo português.

O aprofundamento da crise governamental desde há três anos a esta parte fica a demonstrar que não há Governo que perdure se prossegue uma política de afrontamento dos interesses das conquistas, da vontade das massas trabalhadoras e das realidades objectivas que se edificaram na nossa sociedade com as profundas transformações democráticas realizadas após o 25 de Abril, como as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão.

Do gráfic da instabilidade governativa que a história dos últimos três anos regista, resulta claramente que a inflexão à direita na área da governação do País veio de par com o aprofundamento da crise política e a precariedade dos próprios Governos.

A estabilização das instituições exige o pleno reconhecimento do país real saído do 25 de Abril confirmado pela vontade expressa da maioria dos portugueses em todas as eleições e consagrado na Constituição da República.

O Governo cujo Programa nos cumpre apreciar e julgar surge como parte de uma das saídas constitucionais para a crise — a realização de eleições intercalares — e o PCP desde há muito admitia caso se não concretizasse a formação de um governo democrático.

Mais do que viabilizar o V Governo, a questão que se nos colocou a partir da indigitação da Eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo para o cargo de Primeiro-Ministro, foi a de viabilizar a solução constitucional a que a sua missão vinha associada, quando estavam em curso operações destinadas a impor saídas inconstitucionais e golpistas.

A par das reservas que anunciamos e mantemos à composição global do elenco governativo, pusemos em evidência a vasta área de discordância que nos separa deste Governo em domínios tão relevantes como os da política económica e financeira e tornámos vivas as nossas interrogações e inquietações relativamente às orientações preconizadas noutros domínios, especialmente no que toca à Reforma Agrária.

Por outro lado, o perfil da Senhora Primeiro-Ministro confirmado nestes primeiros dias de actuação e no decorrer do próprio debate, bem como a parte do Programa e os esclarecimentos suplementares do Governo nas matérias directa e indirectamente mais relacionadas com o processo eleitoral, anunciam um propósito de isenção e apaziguamento que sempre apontámos como características mínimas exigíveis ao Governo que tenha como missão principal a preparação e a execução das eleições.

Proceder o mesmo em relação à moção apresentada pelos partidos retrógrados da direita, como se essa moção não existisse, única atitude que merece um texto em si mesmo provocatório, injurioso e condenado à partida à derrota constitucional.

Desta forma viabilizamos uma solução constitucional que defendemos. Sabemos que do mesmo passo viabilizamos um Governo que nos mereça expressas, sérias e profundas reservas. Quanto às últimas ousamos esperar que a prática governativa as atenua.

Quanto ao recurso constitucional às eleições intercalares estamos absolutamente seguros que ele se traduzirá por uma nova derrota dos partidos reaccionários, pela vitória dos partidos e forças que querem manter e continuar o 25 de Abril abridendo condições a uma viragem democrática da política nacional para bem dos portugueses, para bem de Portugal.

Semana

15 Quarta-feira 1867 - Nasce, no Porto, António Nobre, poeta, autor de «Só».

É assinado entre Portugal e a RFA um conjunto de acordos pelos quais se cede a utilização da Base de Beja à Força Aérea daquele país, no quadro do «empenhamento comum dos desígnios da Aliança Atlântica».

Num encontro entre o Ministro dos Assuntos Sociais e o bastonário da Ordem dos Médicos é revelado o texto do Estatuto do Médico aprovado por Mota Pinto.

Desconhecido até hoje, é no entanto por ele que os médicos ligados à Ordem prosseguem uma greve que a DORN do PCP considera, num comunicado, «um verdadeiro acto criminoso contra a saúde e a vida do nosso povo».

Segundo um relatório apresentado à Comissão de Direitos do Homem, reunida em Genebra, «o trabalho de crianças não é explorado em Portugal». Não é revelada a fonte que permitiu tal conclusão.

Nos Açores é constituída a primeira União de Sindicatos — a US das Ilhas Terceira, Graciosa e S. Jorge, filiada na CGTP-IP.

Marco Chagas, ciclista do Louisa, vence a 41.ª Volta a Portugal em Bicicleta.

José Luís, presidente da Câmara de Avis e membro do CC do PCP, é violentamente espancado durante cerca de 6 horas e meia no posto da GNR daquela vila. Brutalidades que fazem demoradamente lembrar as torturas antes infligidas pela PIDE obrigando a recorrer a tratamento hospitalar. É o prosseguimento das acções de intimidação que ali tiveram início há dois dias, na sequência da desocupação ilegal de uma casa da Câmara pela GNR.

16 Quinta-feira 1729 - Em Lisboa, inicia-se a construção do Aqueduto das Águas Livres.

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros do Distrito de Coimbra alerta para a aplicação, que não está a ser feita, da Portaria de Regulamentação do Trabalho do sector.

O Presidente da República visita, nas Caldas da Rainha, várias empresas e instituições sociais e a Feira Nacional de Frutas ali patente.

Segundo notícia o «DP», UCP's, Cooperativas e centenas de pequenos e médios agricultores do distrito de Beja estão a ser de novo lesados pela EPAC, que deduz nos pagamentos pela entrega de cereais descontos indevidos e até inexistentes dívidas.

A CUT da Standard Eléctrica apela para o Supremo Tribunal contra o despacho do ex-governador Mota Pinto-PPD que autoriza o despedimento de 269 trabalhadores da empresa.

Em Viana do Castelo, uma pequena multidão que se havia pacificamente juntado, ao toque dos sinos, num largo da cidade, cenário de um contencioso entre dois padres da paróquia, sofre inesperada e violenta carga da PSP, de que resultaram vários feridos.

Na AR, Maria Alda Nogueira faz pelo PCP uma declaração na qual afirma esperar-se do Governo «que tome medidas prontas para apurar os factos e punir os responsáveis» pelos acontecimentos de Avis que culminaram na prisão e espancamento de José Luís, presidente da Câmara, que hoje compareceu para julgamento (adiado) em tribunal.

Na AR começa o debate sobre o Programa do V Governo.

17 Sexta-feira 1808 - A Batalha de Rolica termina com a derrota dos invasores franceses.

Segundo denuncia a Inter-comissão de Trabalhadores da Portugal, o Conselho de gerência vai pagar pensões de reforma com retroactivos desde 1975 aos ex-administradores das empresas de celulose que constituem hoje aquela empresa pública.

PPS e CDS apresentaram na AR uma moção conjunta de rejeição do Programa do Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo.

Um decreto publicado no D. da República introduz alterações ao Código do Imposto Profissional que sobrecarregarão ainda mais o contribuinte. A isenção passa para 92 contos.

Segundo o INE, foi de 22,8% o aumento dos preços ao consumidor nos últimos 12 meses, e de 23,8% o aumento de Janeiro a Junho do ano corrente.

18 Sábado 1975 - Durante o assalto por um bando de fascistas, ao Centro de Trabalho do PCP, em Ponte de Lima, é morto o camarada José da Costa Lima.

Os trabalhadores da CORAME e da SAPREL decidem a continuação da sua greve contra a desinvestimento e devolução das empresas ao ex-patrão, decidida pelo Governo MP-PPD.

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Viseu secunda o alerta do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros de Coimbra: a PRT para o sector rural não está a ser cumprida.

A Assembleia da República dá o seu aval ao V Governo para que governe: a moção de rejeição da Aliança Reaccionária ao Programa do Governo, votada no final dos debates, obteve os votos favoráveis unicamente do PPD e CDS.

O V Governo apresenta entretanto à AR a lista das propostas de lei para que pretenda obter autorizações legislativas, uma vez que visam matérias da competência daquele órgão de soberania. A AR voltará a reunir para deliberar.

Presidentes e representantes de 12 Câmaras Municipais avistam-se com o vice-presidente da AR, a quem expõem as suas apreensões quanto aos acontecimentos de Avis. Deputados do PS e do PCP requerem um inquérito e a punição dos responsáveis.

19 Domingo 1644 - Nasce o padre Manuel Bernardes, que ficaria na história da Literatura portuguesa como um notável poeta e prosador.

É tomada pública uma nota do MAS que anuncia a apreciação próxima, pelo Conselho de Ministros, do Estatuto do Médico, e prevê a consulta às organizações profissionais dos médicos, sobre o articulado em vias de ser ultimado.

Uma generalizada atitude de repúdio pela greve comandada pelos «patrões» da medicina tem eco mesmo nos órgãos de comunicação que, ao serviço da direita reaccionária, dela se têm feito defensores.

Prejuízos para a saúde, risco de vida, perda de número inculcável de dias de trabalho atingem milhares de milhares de pessoas e vastos sectores da economia nacional.

Na ausência dos grandes produtores da região, o Presidente da República visita na Régua a Feira Agrícola e Industrial do Douro.

O plenário da reformados, pensionistas e idosos de Évora reclama, nomeadamente, que seja satisfeito o Caderno Reivindicativo do MURPI aprovado em 1978.

20 Segunda-feira 1829 - 19 liberais (Marquês de Palmela, Marechal Saldanha, etc.) vêm os seus nomes apreendidos pela justiça de D. Miguel, que autoriza o seu assassinio por quem quer que seja.

O MAS revoga a decisão do Governo MP-PPD que pretendia arrancar ao consumidor o imposto de 5% que antes cabia ao produtor de medicamentos.

Fazendo agora reatir o imposto sobre armazenistas, retalhistas e importadores ou fabricantes nacionais, o MAS tem contra si, desde já, a Associação Nacional de Farmácias, que considera tal medida lesiva dos interesses dos seus associados, «um atentado à iniciativa privada».

São 15 as autorizações legislativas pedidas pelo Governo em carta ao presidente da AR. Uma delas refere-se a alterações ao OGE.

«Devido às más condições climáticas», o INE prevê uma má colheita cerealiária, com valores para o trigo semelhantes aos de 1978.

A UEDS entrega no Supremo Tribunal Administrativo as listas de assinaturas necessárias à sua legalização como partido. Será o 19.º com existência legal.

21 Terça-feira 1415 - Os portugueses conquistam aos mouros a praça de Ceuta.

Os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto anunciam que, a semelhança do que já se passa nomeadamente em Lisboa, passarão a cobrar, com início em Outubro, as taxas de radiodifusão.

Extinguem-se os fogos que lavravam na Serra de Avelos, no concelho de Arouca e noutras localidades vizinhas.

O Organismo da Zona do Pinal de Castelo Branco do PCP denuncia, entretanto, a origem criminoso do incêndio que afectou Oleiros, Sertã e Prouença-a-Nova e exige ao mesmo tempo medidas que permitam um eficaz combate aos incêndios.

É prorrogado até 30 de Setembro o prazo de intervenção do Estado na empresa Júdeus Fialho.

Atingido por duas rajadas de metralhadora, é encontrado morto num seu carro Joaquim Torres, o «comandador de Murça», sobejamente denunciado como instigador e financiador da «rede bombista».

Os Comunistas na Assembleia da República

Joaquim Gomes na declaração de voto: O povo voltará a condenar nas urnas os partidos do retrocesso

O debate travado ao longo das quatro sessões plenárias da Assembleia da República para apreciação do Programa do V Governo mostrou que, mau grado os esforços da direita, não só não foi inútil como foi constitucional e politicamente necessário.

Desde logo porque permitiu tornar público perante esta Câmara, e através dela perante o País, o Programa pelo qual este Governo vai pautar a sua prática política. Depois porque proporcionou a explicitação de alguns aspectos menos claros ao mesmo tempo que possibilitou o esclarecimento de alguns pontos omissos.

Finalmente porque constituiu ocasião para que os Partidos teceassem as suas considerações sobre o Programa, formulassem as suas críticas, confrontassem as suas posições.

Um debate desta natureza nunca é inútil para as forças políticas empenhadas na busca das soluções para os problemas do nosso povo; um debate desta natureza só pode ser considerado inútil pelos que não acreditam nas virtualidades reais da democracia.

Estamos, aliás, seguros de que este Governo, porque é democrático e constitucional, não achou inútil este debate porque estamos convencidos de que este Governo terá em boa conta muitas das críticas e sugestões formuladas pelas forças políticas empenhadas em contribuir, em todas as circunstâncias e em todas as conjunturas, para a consolidação da democracia e para o bem-estar da população.

Talvez se compreendam agora melhor as razões que levaram os partidos da Aliança ao seu falso convencimento da inutilidade deste debate. É que os partidos da direita tinham uma outra estratégia que não passava, obviamente, pela constituição deste Governo e não passava, portanto, pela discussão nesta Assembleia deste ou de qualquer outro programa do Governo.

A moção de rejeição suscitada pelo PPD/PSD e pelo CDS que recebeu apenas os votos dos deputados destes

partidos teve ainda a vantagem de confirmar, se tal se tornasse necessário, o profundo empenhamento e responsabilidade dos partidos da Aliança na política desastrosa, antipopular, antinacional e corrupta do Governo Mota Pinto. O País tem agora mais elementos para avaliar o que seria um novo governo da Aliança reaccionária.

O povo voltará a condenar nas urnas uma tal política e voltará a deixar em minoria os partidos do grande capital, os partidos dos latifundiários, os partidos da exploração, os partidos do retrocesso. O povo voltará a manifestar a sua vontade política de participar na criação de uma sociedade mais justa e mais fraterna confiando o seu voto aos partidos da esquerda, aos partidos democráticos, aos partidos do progresso.

A postura política dos partidos da direita perante este Governo, e até o nervosismo dos seus dirigentes é bem o espelho do falhanço da sua estratégia apostados como estavam no prosseguimento de uma política ruinosa, de uma política de assalto aos órgãos estatizados da comunicação social, de uma política de restauração dos privilégios do grande capital, de uma política de dependência a interesses antinacionais.

Derrubado pelas forças democráticas e pelo movimento popular um qualquer Xá, apoiado pela direita e por toda a reacção, as forças da Aliança acenam, como o fez o sr. Freitas do Amaral, qual produto delirante dos que vêm frustradas as suas manobras golpistas, com o fantasma de um qualquer Khomeini.

O debate do Programa, ao mesmo tempo que permitiu a expressão pública do sentimento da derrota da direita, quer quanto aos seus planos golpistas, quer quanto aos resultados das próximas eleições, veio confirmar a análise do Partido Comunista quanto à composição, natureza e previsível prática política deste Governo e contribuiu,

nessa medida, para a determinação do nosso voto.

Queremos, no entanto, sublinhar e tornar clara a nossa firme rejeição e repúdio pelos considerandos da moção e pelo manobrista da direita de que esta moção é um estor.

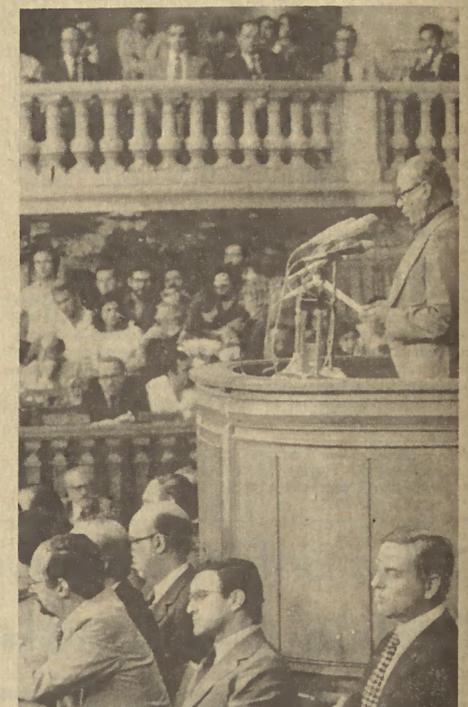
A abstenção do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português decorre do que afirmámos ao longo deste debate em numerosas intervenções: este Governo, apesar das boas intenções, em que acreditamos, de atenuar na área social as gritantes injustiças e os pesados sacrifícios a que conduziu a política anterior, ver-se-á presa da estratégia até aqui seguida em matéria económica, nomeadamente no que se refere às exigências do Fundo Monetário Internacional, estratégia com a qual sempre estivemos em desacordo e que poderá agora comprometer as intenções políticas aqui anunciadas.

A reafirmação dessa estratégia, mesmo quando se lhe procuram introduzir ligeiras inflexões, não pode deixar de acarretar, a nosso ver e como a prática o vem demonstrando, o sério risco de vir a frustrar algumas das boas intenções de lhe alterar os resultados.

Aliás, a coligação reaccionária, deixou, pela mão de Mota Pinto, uma pesada herança económica, política e social a este Governo.

Na comunicação social estatizada assistiu-se à suspensão e saneamento de profissionais comprovadamente competentes, à censura e alteração de programas, à reintrodução de um clima de perseguição, ao assalto dos postos-chaves por homens da direita muitas vezes sem qualquer qualificação profissional para o cargo que iam ocupar. É urgente a resolução dos problemas desse sector para que se respeite a Constituição e se criem condições de imparcialidade no período eleitoral que se avizinha.

As condições de vida dos portugueses sofreram um novo agravamento ao mesmo tempo que escuras negociações e a subida em flecha dos



«Um debate desta natureza só pode ser considerado inútil pelos que não acreditam nas virtualidades reais da democracia», afirmou Joaquim Gomes na declaração de voto do grupo parlamentar comunista

preços engordavam os bolsos de meia dúzia de parasitas, de grandes intermediários e exploradores. Os problemas dos reformados e dos idosos não eram resolvidos, ao que se dizia por falta de meios, mas permitiu-se a manutenção e até o aumento das dívidas patronais à Previdência.

As tensões sociais agravaram-se por força de uma política que permitiu estimular o revanchismo e a prepotência do patronato mais reaccionário e em resultado do bloqueamento patronal e administrativo da regulamentação colectiva das condições de trabalho.

No MAP acumularam-se as ilegalidades, as arbitrariedades, os crimes e a corrupção.

Estas, para só citarmos uma parte da herança daquele que foi o Governo do PPD e do CDS, são situações que é urgente remediar. Estes são problemas para os quais o V Governo tem de encontrar rápida solução para evitar o agravamento das tensões sociais e se conseguir o clima de «acalmia e serenidade» que o Governo se propõe conseguir e as forças não-desestabilizadoras reclamam.

O Grupo Parlamentar do meu Partido contribuiu, com o seu voto, para a viabilização do V Governo, mas não lhe deu o seu apoio expresso. No período da sua vida de governação, o Partido Comunista Português pautará a sua conduta perante o Governo a que preside a sr.ª eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo pelos princípios que já aqui afirmámos: apoiará as medidas e decisões justas do Governo, mas não deixará de criticar e mesmo combater os actos que sejam lesivos dos interesses dos trabalhadores e do Povo português, da recuperação económica do nosso país e da consolidação do regime democrático.

Coerentemente com esta posição o Grupo Parlamentar do PCP tem uma posição positiva relativamente à concessão de autorizações legislativas a este Governo, de modo a que a sua acção não

Os deputados comunistas e a apreciação do programa do Governo

O programa do Governo, apresentado e debatido na Assembleia da República, mereceu, especialmente da parte dos deputados comunistas, uma apreciação cuidada, durante a qual não só foram expostas as preocupações do PCP em relação à política global anunciada, como foram abordados os aspectos positivos e negativos dos vários sectores e áreas que o programa comporta.

O tom de um debate verdadeiro, interrompido aqui e ali pelas manifestações históricas de uma direita que lá foi apenas lançar ameaças e insultos ou semear queixas desesperadas, teve lugar. Também os socialistas participaram nele. Mas foram os comunistas quem se mostraram verdadeiramente interessados em tornar os últimos dias da passada semana, na Assembleia, em dias de trabalho profícuo. Por isso, as suas apreciações e as suas perguntas suscitaram uma atenção sincera da parte do Governo. Embora nem sempre o acordo dominasse. Embora algumas respostas não fossem anunciadoras de uma viragem política necessária. Embora algumas perguntas não tivessem obtido a resposta satisfatória.

Medidas necessárias, urgentes e possíveis

A deputada Alda Nogueira começou a sua intervenção manifestando o agrado e simpatia com que grande parte das mulheres portuguesas, apreciam as palavras da Primeiro-Ministro que lhes suscitam motivos de esperança.

Ocupando-se principalmente dos problemas da área económica, Alda Nogueira não deixaria, porém, de sublinhar que se esperam medidas do Governo para inquirir e apurar os factos passados relativamente à prisão e espancamento do camarada José Luís Correia da Silva, membro do CC do PCP e presidente da Câmara Municipal de Avis, e punir os responsáveis, sublinhando, mais adiante, que o clima de acalmia e serenidade que o Governo salienta ser sua intenção estabelecer, não é compatível com o que se passou em Avis.

Abordando depois questões relacionadas com a política económica — indemnizações, política de preços, «cabaz de compras», investimentos das empresas, nacionalizadas, transportes, dose em prago e Finanças Locais, a deputada comunista diria também:

É certo que o programa apresenta algumas formulações, define alguns objectivos e anuncia algumas intenções que, a serem levadas à prática, corresponderiam em boa medida aos interesses do Povo português. É o caso da diminuição do desemprego, do combate à inflação e do apoio às pequenas e médias empresas.

Por isso mesmo, tais formulações, objectivos e intenções têm o nosso apoio. Sempre defendemos e continuaremos a defender que essas medidas — a par de muitas outras — são necessárias, são urgentes, são possíveis!

O que está omissso no Programa — e por isso este nos suscita dúvidas — é a maneira como o Governo pensa concretizar tais intenções e objectivos quando se sabe que

a terrenos, projectos e infra-estruturas.

Trata-se de medidas de descentralização do maior alcance e sobre este Governo real pesada responsabilidade de contribuir decisivamente para a execução de um conjunto de medidas que poderão permitir alterações profundas na administração portuguesa, única forma de possibilitar a rápida resposta às dramáticas carências da população.

Rápida resposta às carências

O Governo tem que tomar medidas urgentes — afirmou a deputada Zita Seabra, referindo-se à greve dos médicos incluída pelos dirigentes da Ordem —, pois o direito sagrado à saúde dos portugueses, não pode continuar a servir baixos desígnios políticos dos partidos reaccionários.

Abordando depois o facto de o Programa não referenciar a realização dos objectivos contidos na lei que delimita as áreas de investimento da Administração Central e Local, diria ainda:

Na verdade, este lei que no seu fundamental entrará em vigor em 1980, coloca a este Governo obrigações claras no sentido de viabilizar a sua execução adaptando as estruturas da Administração Central de modo a que à função de execução directa dos investimentos passem a ter uma função de planeamento global, coordenação, normalização e tipificação dos projectos, apoio técnico aos municípios que o solicitam.

Com este diploma a participação directa das populações na resolução dos seus problemas será consideravelmente alargada pois passarão a caber aos municípios as responsabilidades de equipamentos sociais para a infância e terceira idade, algumas estruturas de saúde, equipamento e acção social escolar.

Mas caberá também aos municípios a responsabilidade dos investimentos em matéria de habitação social, de recuperação de imóveis degradados, de apoio à autoconstrução e construção cooperativa, no que toca

constitucional, não é conservadora, o deputado Manuel Gusmão pôs ao Governo duas questões — a primeira dizendo respeito à inflexão política necessária à prática dos últimos Governos, e a segunda incidindo sobre as precisões, o conteúdo, os critérios e as soluções concretas que este Executivo pretende aplicar. Abordando o problema da comunicação social face àquelas duas questões, disse Manuel Gusmão:

A exigência de isenção e de imparcialidade neste terreno é um propósito que o Governo anuncia, mas não é possível realizá-lo sem repôr a legalidade democrática e constitucional num sector que foi violentamente atacado pelo Governo Mota Pinto/PPD/CDS.

O que a Reforma Agrária é

Esse assalto, que foi mais escandaloso na RDP, mas que atingiu o sector desde a RTP aos actos de censura no «Diário Popular», traduziu-se, por um lado, na marginalização, suspensão e mesmo afastamento de profissionais competentes e respeitados pela opinião pública democrática, e por outro lado, na entrada indiscriminada de pessoas que em muitos casos não tinham qualquer experiência do tipo de trabalho a que eram chamadas, e que eram, sempre ou quase sempre, oriundas da direita e mesmo da direita mais reaccionária. Este assalto realizou-se instalando um clima de prepotência, discriminação e surdez grosseira às deliberações dos Conselhos de Informação e aos protestos da Assembleia da República.

Dando exemplos do que tem sido a manipulação no sector da comunicação social, M. Gusmão continuaria:

Entretanto, os Conselhos de Informação deliberaram contra este estado de coisas, esta Assembleia aprovou leis sobre a comunicação social, existe a Constituição da República. Assim, para poder cumprir a sua tarefa de assegurar que as eleições se realizem em condições de isenção e imparcialidade, tem o Governo na Constituição, nas leis da Assembleia da República, nos pareceres dos Conselhos de Informação, os meios para pôr termo a tal situação de ilegalidade e de abuso antidemocrático.

Dedicando o seu discurso às questões das relações externas, o deputado Abião Inglês não

deixaria de exprimir as preocupações que advêm do facto de desaparecer, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a referência à Emigração. E lembrou:

Há oito meses chamámos aqui a atenção para o grave problema nacional, que é também já pessoal para muitos milhares de emigrantes, que é colocado pelas ameaças e pressões que se fazem para um retorno massivo dos nossos emigrantes. Consideramos que a gravidade do problema exigia urgente análise por parte do nosso Governo e indicação de perspectivas e medidas a tomar, comprometendo-se a uma enérgica defesa dos interesses dos nossos emigrantes e de Portugal, em vez de atitudes de capitulação. Já depois disso, em declaração política aqui produzida em 22 de Dezembro, e noutras oportunidades, o PCP insistiu nessa questão. Que ela é momentânea e tem implicações gravíssimas para dezenas ou mesmo centenas de milhares de trabalhadores portugueses emigrados e para o nosso país — ali estão os próprios representantes dos emigrantes a declará-lo publicamente em Conferência de Imprensa há dias realizada. Tal como aliás expuseram em entrevista com o nosso grupo parlamentar, nela se referem, particular e documentadamente, às perspectivas que se desenhavam a eventual aprovação, no próximo Outono, em França, dos projectos de lei Barre-Bonnet e Boullin-Stoleru, que visam a expulsão de 200 mil imigrantes por ano, durante 5 anos consecutivos, o que tem determinado justificados protestos dos trabalhadores emigrantes e das principais organizações sindicais francesas. O patronato e os seus governos dos países da CEE serviram-se da mão-de-obra estrangeira, nomeadamente portuguesa, para engordar mais o tempo das «vacas gordas», e pretendem agora, quando para a crise económica que os mina desde 74 se não vislumbra saída, alijar esses trabalhadores como se fossem coisas usadas e sem préstimo.

Esse será o «culto da pessoa humana» e o «respeito pelos Direitos do Homem» que caracteriza efectivamente os capitalistas. Mas os trabalhadores emigrantes e o Governo de Portugal não se podem conformar com tal entendimento e devem agir com determinação, e usando o poder de que efectivamente dispõem no mundo de hoje, para que tais perspectivas se não concretizem.

Emigrantes ameaçados

Depois de salientar que, na área cultural, o programa manifesta uma concepção que, por ser

islação e imparcialidade

Depois de salientar que, na área cultural, o programa manifesta uma concepção que, por ser

Em mês e meio de Campanha ultrapassados no Norte os 2 mil contos!

No passado dia 18 de Agosto, aos 49 dias da Campanha dos 20 mil contos, foram ultrapassados os 2 mil contos! Concretamente, ao fecho das contas desse dia a soma recolhida e entregue era de 2 084 969\$20, o que equivale a 10,4% do objectivo financeiro da Campanha.

Confirma-se desta forma a dedicação e o empenho com que as organizações e militantes comunistas do Norte estão a encarar a Campanha e o apoio que os trabalhadores e o povo do Norte dedicam, de forma crescente, ao PCP.

A distribuição da soma total por grandes sectores de organização era a seguinte:

| | |
|-------------------------------------|-------------|
| Comité Local do Porto | 577 269\$20 |
| Com. Concelhia de V. N. de Gaia | 255 768\$50 |
| Sector Intelectual | 202 340\$00 |
| Organização Interconcelhos do Porto | 154 013\$20 |
| Comité dos Metalúrgicos | 149 020\$00 |
| Com. Concelhia de Matosinhos | 89 350\$00 |
| Comité dos Grandes Serviços | 82 312\$50 |
| Com. Distrital de Viana do Castelo | 35 856\$70 |
| Comité Têxtil | 32 600\$00 |
| Com. Concelhia de Gondomar | 32 585\$00 |
| Outros sectores | 143 930\$00 |
| Comissão Coordenadora da Campanha | 331 004\$10 |

total.....2 084 969\$20

Ainda pelas contas do dia 18, a Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia mantém o primeiro lugar entre as organizações mais avançadas em relação à meta que cada organização se comprometeu a recolher como contributo para erguer no Norte uma sede à altura do Partido.

A classificação por grandes sectores era a seguinte:

| | |
|-----------------------------|--------|
| 1.º Gaia | 14,61% |
| 2.º Grandes Serviços | 10,97% |
| 3.º Comité dos Metalúrgicos | 9,93% |
| 4.º Comité Local do Porto | 9,68% |
| 5.º Matosinhos | 8,93% |
| 6.º Comité Têxtil | 8,15% |
| 7.º OIC | 6,16% |
| 8.º Sector Intelectual | 5,05% |
| 9.º Viana do Castelo | 4,78% |
| 10.º Gondomar | 3,25% |

Em relação com a classificação que se verificava ao fim do primeiro mês da Campanha, há que assinalar como factos mais salientes, a entrada para o 5.º lugar da Comissão Concelhia de Matosinhos — e a subida do Comité de Metalúrgicos.

As presentes classificações não contam obviamente para a atribuição mensal do galardão da Campanha; refere-se a cerca de mês e meio de Campanha e será apenas no fim de Agosto que o galardão será de novo atribuído, ficando na posse da Concelhia de Gaia, que

o conquistou em Julho, ou passando a um sector que lho consiga arrebatá-lo. A expectativa é grande e está a estimular entre as organizações uma sã emulação.

Dentro do mesmo espírito de sã emulação há a assinalar a iniciativa do Comité Local do Porto de proceder à atribuição de galardões internos às suas organizações. Ainda no mesmo espírito há a referir que foi instituído a nível central o «Quadro de Honra» da Campanha, destinado a distinguir as organizações que já tenham coberto as suas metas com compromissos assumidos.

Os prémios estarão em exposição na Festa do «Avante!»

12 dias para passar os bilhetes que restam

O primeiro sorteio da Campanha dos 20 mil contos realiza-se no dia 9 de Setembro, último dia da Festa do «Avante!». No entanto faltam apenas 12 dias para que as organizações vendam os bilhetes de que dispõem. Com efeito, foi marcada a data limite de 3 de Setembro para que as organizações façam entrega

à Coordenadora da Campanha de todos os bilhetes que tenham ficado por vender.

O interesse que tem rodeado o sorteio faz crer no entanto que poucos bilhetes ficarão por passar. Os bilhetes são baratos, 20\$00, e os prémios aliciantes:

- 1.º — um automóvel;
- 2.º — uma motorizada;
- 3.º — uma máquina de lavar roupa.

A campanha, as receitas normais do Partido e outros problemas

Um dos aspectos que mais tem sido debatido pelas organizações — e que com efeito mais atenções deve merecer no decurso da Campanha — é o da relação entre o esforço que exige uma iniciativa desta envergadura e o esforço para que não diminuam as receitas normais do Partido. Isto é, para que o êxito da Campanha não se faça à custa da diminuição das receitas normais.

A Campanha dos 20 mil contos tem um objectivo específico: a compra ou construção de uma sede no Norte à altura do Partido. Entretanto o trabalho e a vida normais do Partido prosseguem, cada vez com novas e maiores responsabilidades, o que exige o reforço das organizações do PCP no Norte. Para que o Partido responda às responsabilidades e à confiança dos trabalhadores e do povo é necessário reforçar, no plano político mas também no domínio financeiro, e dotá-lo de condições de vida e de trabalho.

A compreensão política desta importante questão tem levado algumas organizações a empenharem-se a fundo no sentido de acompanhar o esforço da Campanha dos 20 mil contos com o esforço pelo recebimento e mesmo pela elevação das receitas normais do Partido. Casos há em que a Campanha, dinamizando toda a actividade do Partido, tem contribuído para manter regulares as outras receitas do Partido e até para elevá-las. Mas tal não é a situação comum à generalidade das organizações, o que impõe uma profunda e atenta discussão política.

Uma outra questão a exigir

discussão aprofundada e medidas consequentes é a relativa à grande desigualdade de situações nos sectores e subsectores quanto aos resultados e andamento da Campanha. O segundo apuramento de resultados da Campanha, o que hoje se publica, continua a revelar que nem todas as organizações estão igualmente ganhas para a Campanha e para a realização dos seus objectivos financeiros e políticos. Os resultados revelam ainda que diversas organizações se encontram muito aquém das suas reais possibilidades.

Há que corrigir prontamente esta situação e empenhar a fundo na Campanha todas as organizações e militantes do Norte. Erguer no Norte uma sede à altura do Partido é tarefa de todos. Portanto, todos com a Campanha!

Iniciativas da Campanha!

● A Comissão de Freguesia de Valadares promoveu em meados de Julho um convívio

Próximas iniciativas

- 25 de Agosto — passeio à Penha, Guimarães, organizado pela Comissão de Freguesia de Vilar do Andorinho;
- 26 de Agosto — convívio em Paços de Ferreira;
- 1 e 2 de Setembro — arraial em S. Félix da Marinha.
- 1 e 2 de Setembro — festa popular no Bairro de S. Victor promovida pela Comissão de Freguesia dos Bonfins;
- 2 de Setembro — festa popular no Largo da Lapa promovida pela Comissão de Freguesia de Cedofeita;
- 2 de Setembro — arraial em Custóias;
- 16 e 17 de Setembro — convívio em Vilarinho.

com o objectivo de sensibilizar os militantes e simpatizantes locais para a Campanha. A iniciativa foi desde logo um sucesso, tendo reunido



centenas de pessoas. Entusiasmados com o êxito, os camaradas de Valadares decidiram repetir a iniciativa todos os domingos. E eles aí estão, na estrada do Porto a Espinho, antes do desvio para o sanatório de Francelos, com stand de comes-e-bebes.

● Muito participado e com grande animação foi o convívio à beira-mar promovido pela Comissão de Freguesia de Candelo no passado dia 19. Jogos populares, iniciativas culturais, intervenção política, constituíram o programa do convívio que deu um bom impulso à Campanha e durante o qual se registaram diversas adesões ao Partido.

● Em Rio Tinto, Gondomar, a organização do Partido promoveu uma tarde desportiva que incluiu um animado jogo de futebol e uma frutuosa recolha de fundos para a Campanha.

● A Comissão de Sede do Centro de Trabalho de Anibal Cunha, o principal Centro de Trabalho do Partido no Norte que, como se sabe, caiu sob a alçada do arbítrio e da prepotência do Governo Mota Pinto, tem demonstrado grande imaginação e espírito de iniciativa no que respeita à Campanha. A sede está decorada com motivos da Campanha, tem um espaço reservado para recolha de ofertas e para vendas, um mapa de emulação entre as organizações do Comité Local do Porto. Os resultados estão à vista: a Comissão de Sede de Anibal Cunha contribuiu já com cerca de 28 mil escudos para a Campanha.

Festa da Costa

Integrada na campanha de promoção da Festa do «Avante!» realizou-se no passado fim-de-semana a 2.ª festa da Costa da Caparica.

Desafiando o sol radioso — que convidava a ficar na praia até bem tarde — a Comissão de Freguesia da Costa da Caparica do PCP preparou um programa que dedicava grande espaço às crianças. Assim, uma boa parte da tarde de sábado foi preenchida com um animado grupo de palhaços da Trafaria, que fizeram a alegria dos mais pequenos e não só...

Ainda no sábado e depois da actuação do Samuel, a festa prolongou-se pela noite fora com uma sessão de fados de Abril, muito concorrida e muito aplaudida.

A festa continuou no domingo, com comício e canto livre.

Após a actuação dos pioneiros da Costa, de João Fernando e Luísa Basto, os camaradas Maria Emília, da Comissão de Freguesia local do PCP e Domingos Lopes, colaborador do CC, analisaram alguns dos principais problemas da

actual situação política.

A camarada Maria Emília, que aproveitou a oportunidade para recordar que aquela festa era «um prelúdio para uma outra, que neste momento constitui já a maior realização política, cultural e artística do nosso país — a Festa do «Avante!», referiu-se a necessidades que se colocam a população da Costa. Salientou a propósito as dificuldades que se têm colocado às autarquias locais, nomeadamente as que se relacionam com a não aplicação integral da lei das Finanças Locais, frisando no entanto que, apesar de tudo, muito mais se poderia ter feito se os órgãos de maioria PS tivessem tido um funcionamento regular e de ligação à população.

Domingos Lopes, que encerrou o comício, abordou por seu turno algumas das questões que se colocam aos comunistas e democratas em geral na nova situação política que se vive no nosso país.

O grupo Canto Claro e os Vermelhos prosseguiram a festa, até tarde, que acabaria com um animado baile popular.

Actividades do Partido

● **Foros de Salvaterra** — A camarada Margarida Tengarrinha, membro do Comité Central do Partido Comunista Português, participou, no passado domingo, na Esplanada da Comissão de Moradores, em Foros de Salvaterra, numa sessão de esclarecimento à qual assistiram cerca de centena e meia de pessoas. Foi notório o facto de um conhecido ex-membro da CAP, ter expressamente mostrado o seu acordo com as ideias

defendidas na sessão pelos comunistas.

● **Arrouquelas** — No sábado passado, à noite, na sede da Comissão de Melhoramentos de Arrouquelas, Rio Maior, o camarada Eugénio Pisco, do Comité Central e membro da DORSA, participou numa sessão de esclarecimento em que se registou a presença de meia centena de pessoas. No final foi projectado o filme sobre a Festa do «Avante!».

Octávio Pato na Madeira

O camarada Octávio Pato vai participar, no Funchal, no comício-Festa que se realiza naquela cidade da Madeira, na próxima quarta-feira, às 21,30 horas.

O canto-livre, que animará a festa, conta com a participação de Samuel e de José Manuel Osório.

No dia seguinte, 30 de Agosto, ainda no Funchal, Octávio Pato dará uma conferência de Imprensa, acompanhado por membros da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira, do PCP.

LENINE E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Albert Williams

O testemunho da queda do antigo regime e da vitória da grande revolução russa numa descrição do jornalista Albert Williams que assistiu à marcha triunfante do poder soviético em todo o país.



● **MANUEL VILA LOPES** — Em 8 de Agosto faleceu o camarada Manuel Vila Lopes, que contava 60 anos de idade e era

CAMARADA FALECIDO

militante da organização local de Arruda dos Vinhos do PCP, onde era conhecido lutador, antes e depois do 25 de Abril, pelos ideais da democracia.

Novas direcções de Organização Regional

1 — Em conformidade com as decisões aprovadas na reunião plenária do Comité Central de 13 de Junho de 1979 relativas à criação de novas Direcções Regionais e concretizando orientações gerais para o trabalho de direcção aprovadas no IX Congresso, a Comissão Política e o Secretariado do PCP aprovaram as propostas das actuais Direcções das Organizações Regionais do Norte e das Beiras de uma nova divisão regional dos distritos que a Organização Regional do Norte e a Organização Regional das Beiras actualmente abrangem.

2 — Assim, a Comissão Política e o Secretariado aprovaram a criação das seguintes Direcções Regionais:

- Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) abrangendo o distrito do Porto;
- Direcção da Organização Regional do Minho (DORM), abrangendo os distritos de Braga e Viana do Castelo;
- Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT), abrangendo os distritos de Bragança e Vila Real;
- Direcção da Organização Regional da Beira Litoral (DORBL), abrangendo os distritos de

Aveiro, Coimbra e Viseu; Direcção da Organização Regional da Beira Interior (DORBI), abrangendo os distritos de Castelo Branco e Guarda.

A necessidade desta descentralização resulta, essencialmente, do grande desenvolvimento da influência, das responsabilidades e da organização do PCP do Norte e Centro do País.

3 — A decisão de criar novas Direcções de Organização Regional contribuirá, por sua vez, para um mais eficaz acompanhamento pelo Partido dos complexos problemas que se colocam nestas regiões, para uma mais pronta resposta de luta pelos interesses das respectivas populações e, consequentemente, para um novo e importante reforço do Partido e da sua influência.

4 — Está prevista a criação de um organismo superior de coordenação da acção política das três novas Direcções Regionais do Norte.

15 de Agosto de 1979

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Camaradas de Ferreira do Zêzere

Os militantes e os simpatizantes do Partido, naturais de Ferreira do Zêzere e residentes na área de Lisboa são convidados a participar numa reunião promovida pela Direcção da Organização Regional de Santarém, marcada para o próximo dia 31 de Agosto, às 21,30 horas, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade.

Cartões do Partido

Pede-se a todos os camaradas que ainda não possuem o seu cartão, apesar de aceites como membros do Partido há mais de um mês, o favor

de se dirigirem pessoalmente ou por escrito à Comissão Central de Organização, Rua Soeiro Pereira Gomes 1699 Lisboa-Codex, para exporem o seu caso.

Agenda

Dia 24, Sexta-feira

Barreiro, comício no salão de «Os Penicheiros», às 21 e 30, com a participação do camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. No final, projecção do filme «Festa do «Avante!» 79». ● **Silves**, no Castelo, Festa-convívio, às 22 horas, com J. L. Leiria, F. Farinha, Joaquim Pessoa, Adriano C. Oliveira, Carlos Paulo e Samuel.

Dia 25, Sábado

Herdade da Palma, Alcácer do Sal, Festa para angariação de fundos, com vacada, às 15 horas, e baile, às 20 horas. ● **Estremoz**, começa a Festa da Unidade, promovida pela Comissão Concelhia Local, na Mata Municipal, às 17 horas, filme da Festa do «Avante!» de 1978; 19 horas, jogos populares; 21 horas, Canto Livre com Ary dos Santos, Samuel e Carlos Paulo; segue-se baile.

Dia 26, Domingo

Estremoz, continua a Festa da Unidade, com jogos populares às 11 horas, ranchos folclóricos às 16 e um comício, às 18 horas, com um membro do Comité Central.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

sumário

- Prémios de acção eleitoral
- Política e acompanhamento de facto eleitoral
- Utilização do preparativo da Festa
- Medidas orgânicas e de carácter geral
- Sobre as colectividades de cultura, recreio e desporto
- Atribuição de prémios
- Registos oficiais: que são e que não são?
- Sobre o funcionamento e actividades das Comissões de Freguesia
- Oito meses da Ano Internacional da Criança
- Eleições na Madeira e Funchal
- O trabalho responsável de uma Comissão Concelhia
- Fortalecer a célula de uma empresa de produção
- Como se levanta o trabalho do Partido
- Trabalho, actividades e perspectivas
- Nota do Comité Central do PCP

1976

Já à venda

Festa do «Avante!»

Brochura contendo todos os números de «O Militante» saídos em 1978



● Sérgio Ortega e Taller Recabarren



● Richie Havens



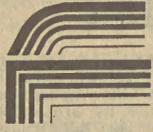
● Tomasz Stanko



● Monika Hauf

● Klaus-Dieter Henkler

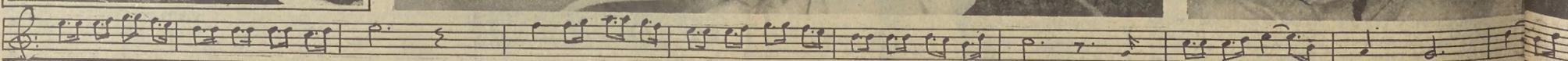
OS ARTISTAS DA FESTA DO Avante!



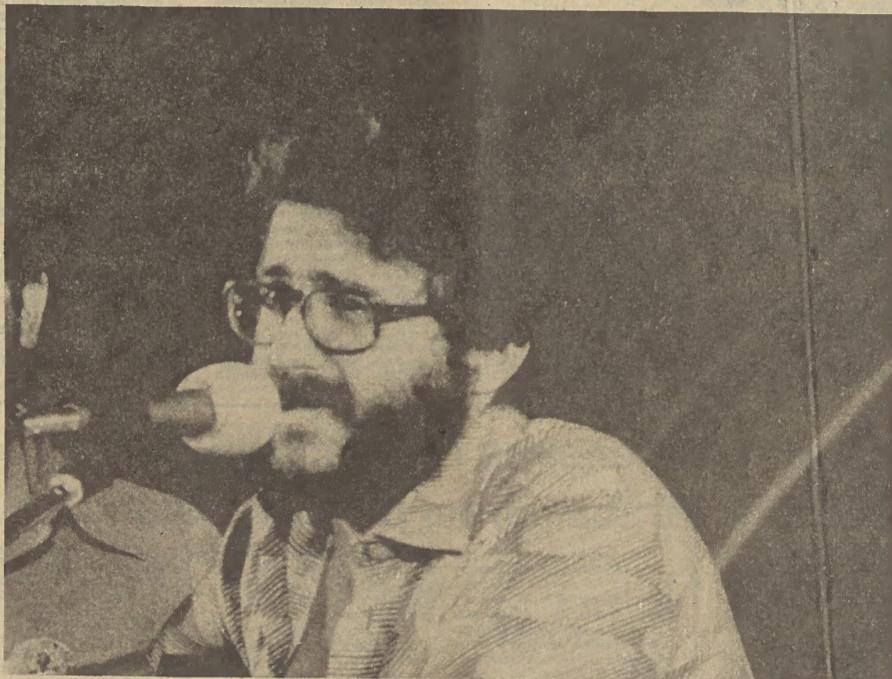
● Fausto • Fernando Alvim
● Fernando Farinha
● Fernando Tordo



● João m
● José rlo
● José nu



**Comando • Joaquim Pessoa • José Barata Moura
 Carlos Ary dos Santos • José Jorge Letria
 Manuel Osório • José Viana e Dora Leal • Júlia Babo**



● Mercedes Sosa



● Max Roach

● Mike Glick



● Jabula



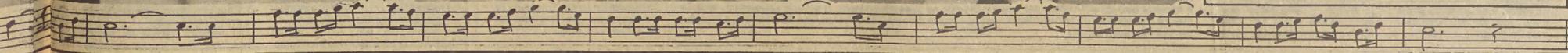
● Gwendal



● Brigada Victor Jara



- Adriano
- Alfredo V. de Sousa
- Carlos do Carmo
- Carlos Mendes
- Carlos Moniz
- Carlos Paredes
- Carlos Paulo
- Edmundo Silva
- Esmeralda Amoedo





2.º sorteio da EP

O segundo sorteio da EP é já no próximo dia 2 de Setembro!

E a lista dos prémios é mais do que sugestiva! Mais uma razão para comprar já, já, já a EP!

- 1.º prémio — 1 máquina de lavar
- 2.º prémio — 1 esquentador
- 3.º prémio — 1 fogão a gás
- 4.º prémio — 1 panela de pressão
- 5.º prémio — 1 geleira
- 6.º prémio — 1 moinho de café
- 7.º prémio — 1 torradeira eléctrica
- 8.º prémio — 1 grelhador de carvão
- 9.º prémio — 3 discos LP
- 10.º prémio — 2 discos LP
- 11.º prémio — 1 assinatura do «Avante!»
- 12.º prémio — 1 assinatura do «Avante!»
- 13.º prémio — 1 assinatura do «Avante!»
- 14.º prémio — 1 assinatura do «Avante!»
- 15.º prémio — 1 assinatura do «Avante!»
- 16.º prémio — 1 assinatura da Revista «Mulheres»
- 17.º prémio — 1 assinatura da Revista «Mulheres»
- 18.º prémio — 1 assinatura da Revista «Mulheres»
- 19.º prémio — 1 assinatura da Revista «Mulheres»
- 20.º prémio — 1 assinatura da Revista «Mulheres»
- 21.º prémio — 1 assinatura da Revista «Vida Soviética»
- 22.º prémio — 1 assinatura da Revista «Vida Soviética»
- 23.º prémio — 1 assinatura da Revista «Vida Soviética»
- 24.º prémio — 1 assinatura da Revista «Vida Soviética»
- 25.º prémio — 1 assinatura da Revista «Vida Soviética»



«Brigada Pablo Neruda» traz os murais do Chile à Festa do «Avante!»

Um painel em branco, com cinco metros de altura, correndo ao longo de cinquenta metros vai estar na Festa do «Avante!» e suscitar a curiosidade do visitante menos informado e a atenção dos nossos leitores. Porquê um painel em branco?

A resposta a esta pergunta vai ser dada, ou melhor, concretizada durante a própria festa. Um grupo de pintores chilenos, e de artistas portugueses durante dois dias vão fazer viver, entre nós, a experiência da arte e da solidariedade. Colectivamente, o grande pintor chileno José Balmes e os seus quatro companheiros, vão cobrir de cor e formas os duzentos e cinquenta metros quadrados que antes eram apenas a brancura de um painel. Com eles estarão muitos artistas portugueses, muitos dos que também cobriram os muros do nosso país com as cores de Abril.

Quem é José Balmes

Balmes foi o mais alto responsável de pintura da Escola de

Belas-Artes, durante o período da Unidade Popular, no Chile. Nascido em Espanha, em 1927, refugiado no Chile a partir dos 12 anos, no final da guerra de 36/39, cidadão chileno, estudou Belas-Artes em Santiago, de 1943 a 1949. As suas obras têm sido expostas em várias galerias da Europa e da América Latina. De 1958 até à data do golpe fascista de Pinochet, foi professor de pintura da Escola de Belas-Artes, tendo sido obrigado a refugiar-se em França nesse mesmo ano. Uma exposição sua foi encerrada pelos militares fascistas.

Mas ouçamos um amigo chileno, Guillermo Haschke, que conhece Balmes e a sua obra:

— Balmes dedicou toda a sua actividade artística a inundar as ruas de Santiago com murais, os grandes e famosos murais que marcaram o período da Unidade Popular. Antes disso só esporadicamente esses murais apareciam mas, tal como em Portugal em Abril de 1974, assistiu-se a uma explosão

cultural em todas as actividades — tanto na música, com todos os grupos chilenos tão nossos conhecidos como Sérgio Ortega e o Grupo «Taller Recabarren» que vem este ano à Festa do «Avante!», como na pintura e noutro tipo de actividades culturais.

Balmes sofreu, juntamente com todos os outros artistas do Chile, o golpe fascista que atacou violentamente os criadores. Mas, como todos eles, no exílio, organiza e constitui novas frentes de trabalho contra o fascismo.

A cor que volta

Hoje os muros de Santiago, onde antes se podiam ver as cores dos murais, estão pintados de branco ou de negro — disse-nos ainda Guillermo. — Mas às vezes, por detrás da tinta que tapa os antigos murais, começa de novo a surgir a antiga cor e o antigo desenho. Isto é bom sinal. É sinal de que

a arte continua, que vai aparecendo e, a pouco e pouco, voltará ao quotidiano. Não estará longe o dia — assegurou — em que a pátria chilena se encha de cores e de canções.

Balmes, casado com a pintora Gracia Barrios, formou no exílio, imediatamente após a sua chegada a Paris, a Brigada Pablo Neruda, cuja principal razão de ser é testemunhar a luta do povo chileno através da pintura mural.

E, desde 1973, Balmes percorre os países do mundo, pintando grandes murais.

Esteve assim na Alemanha Federal, na Espanha, em Itália, nos países socialistas. Pintou também no Palácio da UNESCO, em Paris, na homenagem mundial a Pablo Neruda. E agora vem a Portugal, à Festa do «Avante!».

Uma jornada de internacionalismo

Também realiza exposições pessoais, tal como a que recente-



Os murais que pelo mundo deixam as cores da resistência do Chile, virão a Portugal, deixar também as suas marcas internacionalistas

mente foi promovida numa galeria de Paris. Mesmo nos seus quadros, o mural está presente. Nas dimensões, no seu comprometimento, na imagem ou no detalhe importante, na clareza política.

É uma pintura anti-imperialista — diz-nos ainda Guillermo. — Uma pintura cheia de dramatismo porque é uma pintura testemunho: mãos que se erguem em punhos, botas de militares, ângulos ou atitudes que definem as pessoas — o militar fascista, a mulher trabalhadora, um rosto ou uma lágrima, as manchas de cor

esboçando as massas que se seguem caminhando. Não é uma arte elitista, é uma arte para todos e ao alcance de todos.

Esta arte, dizemos nós, vai estar ao nosso alcance durante a Festa. A Brigada Pablo Neruda, numa das outras tantas jornadas de internacionalismo que vão acontecer na Cidade Internacional da Festa do «Avante!», vai estar ao alcance do nosso abraço e dos nossos olhos, a pintura mural do Chile vem pelas mãos de cinco dos seus artistas tecer laços mais fortes a fraternidade de combate que nos liga aos resistentes do Chile que há-de vencer.

Quem é José Balmes

José Balmes nasceu em Montesquiu, provincia de Barcelona, em Espanha, no ano de 1927. Refugiado no Chile em 1939. É cidadão chileno. Estudou na Escola de Belas Artes de Santiago do Chile, de 1943 a 1949.

1945-55 — Estudou em França e Itália.

1958 — Prémio de Honra no Salão de Artes Plásticas de Santiago.

1958-73 — Professor de Pintura na Escola de Belas Artes de Santiago.

1960 — Exposição individual na Universidade do Chile. Exposição no Museu de Buenos Aires (pintura chilena).

1961 — Prémio na Bienal de Paris (pintura).

1962 — Exposição no Museu de Arte Contemporânea, Santiago.

1962 — Exposição na Galeria Belarte (Barcelona).

1962 — Exposição «Grupo Signo» (Madrid).

1962 — Exposição no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona.

1965 — Exposição pessoal «Santo Domingo, Maio 65» sobre a invasão norte-americana.

1966-72 — Director da Escola de Belas Artes de Santiago.

1967 — Exposição pessoal «Testemunho», Galeria Central de Arte, Santiago.

1967 — Exposição «Agressão contra o Vietnam» (Santiago) (exposição colectiva).

1968 — Exposição pessoal «Homenagem a Guevara», Bona, RFA.

1969 — Exposição pessoal no Museu de Arte Contemporânea de Santiago.

1970 — Participação nas «Brigadas Ramon Parra» de pintura mural no Chile (pintura colectiva).

1971 — Exposição de Pintura chilena em Havana, Cuba.



José Balmes, em Paris. Longe da sua pátria, nem por isso a luta termina ou estagna. Desde os primeiros dias de exílio que a sua arte encontrou o meio de ser combate

1971 — Primeiro prémio de Desenho, na Bienal Americana de Arte, Colômbia.

1972 — Exposição «A Imagem do Homem», Museu de Arte Contemporânea, Santiago.

1972 — Membro da Comissão Nacional de Cultura do Governo do Presidente Allende.

1972 — Exposição Homenagem à Unidade Popular.

1972 — Reitor da Faculdade de Belas Artes da Universidade

do Chile, em Santiago.

1973 — Exposição pessoal na Universidade do Chile. Proibida pelo «golpe» militar.

1973 — Refugia-se na Embaixada de França em Santiago.

1973 — Criador das brigadas de pintura mural chilena, em Paris.

1974 — Pintura latino-americana, Festival de Rouan França. Salão da Jovem Pintura. Arte latino-americana, Paris.

1974 — Bienal de Veneza, Sofia, Bulgária.

1975-76 — Pintura mural no Festival de Avignon, no Havre, em Grenoble, Roterdão, Perusa, Bremen.

1976 — Exposição pessoal em Paris.

1976 — Primeiro Prémio de Gravura na «Intergraphic 76», Berlim, RDA.

1977 — Mural em Kassel.

1978 — Exposição em Villaparlis, França.

1978 — FIAC 78, Feira Internacional de Arte Contemporânea, Paris.

1979 — Exposição, pessoal na Galeria «Le Balcon des Arts» de Paris.

É professor de Pintura Mural na Universidade de Paris 1 (Sorbone). Participa na Brigada Internacional de Pinturas Antifascistas. Obras no Museu de Arte Contemporânea de Santiago, Madrid, Barcelona, Caracas, Havana, Sofia e Berlim.



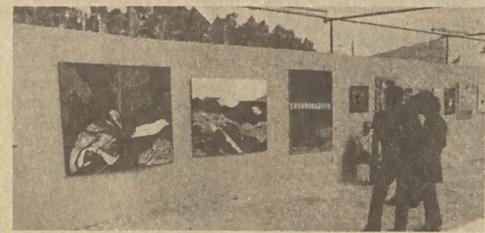
Mural de José Balmes, «Caminho de Vitória», realizado em 1976. Um longo caminho que ajuda, no exílio, ao entendimento da resistência chilena. Um caminho onde já se pode vislumbrar o dia da libertação



Ao longo dos anos, desde os painéis da FIL aos do Jamor, os murais pintados pelas mãos dos artistas comunistas, pelas mãos habituadas dos pintores ou dos que na pintura dão os primeiros passos, trazem à Festa as tradições das cores com que Abril cobriu as paredes das cidades. Da decoração à solidariedade internacionalista, da insipiente que canta a Reforma Agrária à aquela que nos fala de outras lutas, o mural é a obra colectiva dos trabalhadores que apontam caminhos novos



Exposição de artes plásticas uma Bienal que cria raízes



A exposição de artes plásticas que se renova este ano e lança a tradição da Bienal da Festa, abre o espaço do diálogo entre a arte e os milhares de trabalhadores que dela tantas vezes vivem afastados. Um diálogo que frutifica

Lembram-se da primeira exposição de artes plásticas na Festa do «Avante!»? Foi em 1977, no Jamor e alcançou grande êxito. De tal modo que muito visitante houve, o ano passado, a estranhar o facto de não se ter repetido uma iniciativa cultural de tamanha importância na diversidade de concepções artísticas patentes, suscitando a milhares de pessoas a apreciação e a discussão, o interesse e a polémica ou a curiosidade viva dos que, e foram muitos, nunca tinham tido a oportunidade de ver arte assim.

Porque não todos os anos? perguntava-se.

E que não se trata de mera

reedição. No período de dois anos, houve tempo de renovação, de procura, houve, para cada artista, o encontro com a forma nova, o caminho ou a segurança dos passos no novo caminho feito. O espaço intermédio de dois anos, como é sabido nas grandes mostras artísticas de marcada importância, dá sempre o folego da novidade e do amadurecimento.

Assim, pode já chamar-se de Bienal do «Avante!», a exposição que retorna este ano o seu lugar na Festa.

O que há de mais importante, oportuna, numa realização deste tipo, que não terá paralelo no

Portugal de hoje, não será apenas a reunião de algumas dezenas de artistas de que nestas páginas divulgamos os primeiros nomes já conhecidos.

Não será apenas a diversidade das concepções, das técnicas da forma, da expressão de um conteúdo. Não será o número de obras patentes ou sequer o seu valor intrínseco de obras de arte, reconhecidas de resto no mundo restrito das artes que é o que se vive secamente no nosso país. Será também — e sobretudo — o facto extraordinário de poder uma exposição ser apreciada por muitos e muitos milhares de

pessoas, na maior realização cultural que Portugal conhece, transbordando a arte para o mundo dos trabalhadores que não entrarão na sofisticada galeria, onde os não chama o hábito e onde lhes é vedada pelas restrições culturais que o sistema continua a impôr.

O interesse que há dois anos constatámos, o diálogo que se pôde estabelecer entre a obra e o público, entre este e o artista, vai repetir-se. Mais vivo e mais adiantado. E novas questões serão levantadas por toda a gente. Porque toda a gente lá vai, à próxima Bienal da Festa do «Avante!».

Os nomes já conhecidos dos artistas que expõem

- | | | | | |
|---|--|---|---|---|
| São estes os nomes dos artistas cujas obras poderemos este ano apreciar na Festa do «Avante!», na 2.ª Bienal. A grande exposição para a qual eles contribuíram, vai contar ainda com mais outros artistas de que se espera uma resposta que não chegou ainda. E que irá enriquecer ainda mais uma exposição cuja tradição vai criar as suas raízes. | Boavida Amaro Caldas Carlos Botelho Carlos Guerra Carlos Mascarenhas Carlos Natividade Cipriano Dourado Cristina Daniel Vieira David Eavens Diogo Lindorfo Dorindo de Carvalho Elsa Estêvão Soares Euclides Vaz Eugénia | Eurico Gonçalves Fernando Lopes Gil Teixeira Grad Gordilho Helder Silva Helena Almeida Henrique Ruivo Hilário Teixeira Lopes Hogan Isabel Sabino Ivone Balente Jorge Vieira José Augusto José Cândido José Faria Júlio Pereira | Leopoldo d'Almeida Lima de Carvalho Lobato Lourdes Freitas Manuças Margarida Moreira Maria Barreira Maria Gabriel Maria Keil Mário Alberto Matilde Marçal Maurício Penha Moniz Pereira Noémia Paulo Varela Gomes Pilo da Silva | Quarubim Lapa Quintino Sebastião Reinaldo Silva Ribeiro Farinha Rogério de Amaral Rogério Ribeiro Rui Oliveira Sá Nogueira Silvia Teresa Dias Coelho Teresa Magalhães Victor Palla Virgílio Domingues |
|---|--|---|---|---|

Exposição retrospectiva de Vasco da Conceição

Uma exposição retrospectiva da obra de Vasco da Conceição estará patente na Festa, este ano.

Vasco da Conceição, escultor representado em vários museus do país tem não só realizado exposições colectivas em Portugal como participou em exposições internacionais — Rio de Janeiro, Arezzo, Montecatini, Turim, Colónia, Miami, Washington, Los Angeles e Budapeste.

Este artista, que executou vários trabalhos de escultura para edifícios particulares e oficiais, tem-se dedicado, ainda, à medalhística.

De novo os incêndios

Inúmeros fogos têm deflagrado pelo país, devorando quilómetros e quilómetros de florestas, lançando o pânico entre as populações. Uns provocados pelas elevadas temperaturas deste Verão, outros, segundo tudo indica, ateados por mãos criminosas.

A situação não é nova. Nova não é igualmente a tática das forças reaccionárias que, através de uma campanha de calúnias, procuram responsabilizar os comunistas pelos incêndios. Camaradas e amigos das zonas afectadas têm contactado a nossa redacção, transmitindo-nos e alertando-nos para os boatos que correm. Boatos invariavelmente lançados pelos sectores interessados em desestabilizar a situação social, em criar um clima de instabilidade e insegurança entre as populações. Boatos que se repetem todos os estios desde Abril e que parecem, agora, neste mês de Agosto, subir de tom.

E a questão põe-se: porquê tal insistência da reacção? A resposta é clara: mesmo nas zonas onde a reacção se acolta ainda e domina — que coincidência entre os seus objectivos e as aspirações mais profundas do povo trabalhador.

Por isto mesmo, e na medida em que se aproximam as eleições para as autarquias — e porque as que extemporaneamente se realizaram se têm saldado numa perda estrondosa de votos para a direita — as forças da reacção sentem a necessidade vital de prolongar, de intensificar as calúnias contra os comunistas. Aqui como noutros casos, não faltam as mãos de mercenários criminosos que não hesitam diante de qualquer acção para dela responsabilizarem os que se opõem, nas palavras e nos actos, à destruição do património nacional, ao terrorismo, à violência, à selvajaria.

A propósito dos incêndios desde sempre a posição do PCP foi clara. O Organismo da Zona do Pinhal de Castelo Branco, em cuja região, no passado fim-de-semana, três homens foram vistos ateadando o que se tornaria um tremendo incêndio na Serra de Alveolos, exige a tomada de medidas contra a actividade criminosa dos incendiários e a tomada de medidas que permitam um eficaz combate aos incêndios, saudando as "corporações de bombeiros da região que com o seu sacrifício e heróica decisão tudo têm feito, com o auxílio das populações, para diminuir a gravidade dos incêndios." E acrescenta: "O Povo Português já não acredita em fantasmas e, apesar de serem muitos aqueles que aparecem a gritar que os culpados são os democratas, a verdade é que os verdadeiros culpados são aqueles que têm a ganhar com os incêndios, ganhando dinheiro com as florestas que ardem e ganhando com a desestabilização do país, o que lhes favorece as intenções golpistas e antidemocráticas."

A própria prática prova, aliás, a evidência, que são os governos de direita que desprezam em absoluto a segurança das populações, a defesa da riqueza florestal. A Organização do PCP da zona de Pinhal, chamando a atenção para este aspecto, recorda que, sob o fascismo, nada foi feito para proteger as populações das zonas florestais contra a calamidade dos fogos. Em 1974/75, apesar das dificuldades de diversa ordem que se abatiam sobre a democracia e o avolumar de problemas, os Serviços Florestais montaram, nomeadamente na região de Castelo Branco, postos de vigia, abriram caminhos, puseram em funcionamento reservatórios de água. Numa palavra, era o início de medidas urgentes capazes de enfrentar os fogos, de vencer esta calamidade.

Depois de 1976, os Governos PS, PS-CDS, e PPD não só nada fizeram como ainda anularam tudo o que se tinha iniciado. E se hoje as populações estão mais desprotegidas do que nunca, é o resultado da política exclusivamente das forças de direita, aos seus Governos, à reacção que os apóia e que, ao caluniar os comunistas, procura tirar partido de um crime que é seu e que por si é utilizado como arma política.

Alerta aos produtores florestais

O Organismo do PCP da Zona de Pinhal de Castelo Branco alerta os produtores florestais e as populações das zonas atingidas para se não deixarem enganar.

Os pinheiros para a produção de celulose (Fábrica de Vila Nova de Rodão) são pagos ao mesmo preço/estor ardidos ou por arder. Como os pinheiros ardidos implicam uma despesa menor porque são mais fáceis de descascar, os intermediários de pinheiros obtêm este preço/estor com menos despesa relativamente aos pinheiros ardidos do que em relação aos que não arderam.

Donde, tendo em conta os interesses das populações e prevenindo a exploração dos intermediários, o Organismo do PCP da Zona de Pinhal de Castelo Branco aconselha os proprietários florestais a, por um lado não venderem os pinheiros à tonelada, dado que os que arderam pesam menos do que os outros. Por outro lado, aconselha vivamente os proprietários a contactarem, eles próprios, a Portugal, pedindo apoio para estabelecer:

- 1) Preços e serviços de transportes em camionetas ao quilómetro;
- 2) Empréstimo de moto-serras para lhes permitir a venda directa à fábrica.

Fraude de eleitos PPD

No concelho de Valpaços, cuja Câmara Municipal é dominada pelo PPD, a população descobriu recentemente que aqueles a quem havia confiado a administração local se aproveitavam, ilegal e fraudulentamente, dos seus cargos para benefício próprio.

Dando provas da maior corrupção e compadrio reinante naquela câmara, foram desviadas verbas concedidas pelo Fundo de Fomento de Habitação no âmbito do Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID) para benefício de vereadores e "amigos", de convivência com o próprio presidente do município.

Presidente, vereadores (alguns) e "amigos" cozinharam entre si a apropriação destas verbas destinadas (em princípio) aos mais necessitados. Sem darem conhecimento à população da possibilidade de empréstimos, os referidos eleitos do PPD preencheram as necessárias fichas com declarações falsas. Os respectivos rendimentos familiares foram substancialmente diminuídos, pois as esposas empregadas passaram a figurar como domésticas. E, para cúmulo do escândalo, os prédios declarados como propriedade própria a que se destinavam as verbas para conservação nem sequer pertenciam aos declarantes!!

A fraude é inegável. Mesmo que o Dr. Sobrinho Morais (o presidente) alegue desconhecer que as esposas dos vereadores António Secundido e Daniel Diques Doutel são, respectivamente,

Temas vários

Agosto de 1944: libertação da Roménia

Em Agosto de 1944, num momento em que em toda a Europa central o sopro de libertação anti-nazi, alimentado pelo avanço das tropas soviéticas, abria caminho a uma nova realidade no continente, o levantamento do povo romeno deu uma nova perspectiva ao desenvolvimento ulterior do país, representando o começo da revolução popular, transformada posteriormente em revolução socialista.

Como é destacado pelo presidente Ceausescu, "a realidade da insurreição nacional antifascista de Agosto de 1944, constitui uma necessidade imperiosa, na qual tomaram parte activa todas as forças que se pronunciavam pela independência do país, pelo seu progresso económico-social. Pode-se dizer que este acto de importância histórica crucial para a Roménia, abriu

a via não só para a libertação definitiva da nossa pátria do jugo da dominação estrangeira mas também para a libertação social das massas, para uma nova etapa de construção do mais avançado sistema — o sistema socialista, onde o povo é senhor do seu destino".

Passo determinante para o futuro do povo romeno, a insurreição de Agosto de 1944 constitui também, como a luta de resistência dos outros povos da Europa, uma contribuição para o acelerar da derrota do nazismo. Na análise então feita pelo "Pravda", destacava-se: "A importância da saída da Roménia do Eixo, ultrapassa as fronteiras da Roménia. A imprensa estrangeira tem razão ao afirmar que isso significa a derrota de todo o sistema alemão de defesa nos Balcãs".

A libertação do jugo nazi não abria automaticamente

caminho à verdadeira libertação das massas trabalhadoras romenas. A luta pelo poder, entre as forças revolucionárias e os representantes da burguesia que, também no governo, se esforçavam por limitar o processo ao quadro da situação socio-política anterior à guerra, começou logo no dia seguinte à vitória do povo romeno.

Entretanto, a situação internacional no momento, a mais ampla participação das massas operárias e camponesas na resistência anti-nazi e na insurreição, o papel do Partido Comunista Romeno, como organizador e unificador do movimento de resistência, e iniciador do levantamento revolucionário, prestigiado por 20 anos de luta clandestina, participante desde o primeiro momento no governo do país — abriu possibilidades reais a um



O turismo constitui uma actividade de grande importância na Roménia, atraindo todos os anos muitos milhares de estrangeiros. Na foto: uma das muitas estâncias de veraneio existentes ao longo da costa do Mar Negro

desenvolvimento pacífico da revolução. Em 6 de Março de 1945 foi instaurado um governo revolucionário-democrático, passando-se posteriormente à construção do socialismo.

O processo

revolucionário que — como o romeno — gerados durante a guerra, abriram o caminho ao socialismo em vastas zonas da Europa, trazem em si também uma outra importante lição: tal como a unidade das forças antifascistas, com o impulso

decisivo da URSS, assegurou a vitória contra o nazismo, a luta unida de todas as forças amantes da paz pode assegurar hoje o definitivo afastamento da ameaça de uma nova e devastadora guerra.

175 dias no Espaço Soviéticos dão importante contributo para o avanço da ciência e da técnica

A ciência e a técnica soviéticas obtiveram um novo êxito no domínio da investigação do espaço com a conclusão, com êxito, do mais longo voo pilotado: 175 dias.

Na mensagem do CC do PCUS, do presidente do Soviète Supremo da URSS e do Conselho de Ministros da URSS, dirigida aos sábios, aos construtores, aos engenheiros, aos técnicos e operários, a todas as colectividades e organizações que participaram na preparação e realização da longa missão espacial a bordo da estação orbital "Salut-6" e aos cosmonautas Vladimir Liakhov e Valeri Rioumine, destaca-se que «a nova grande realização da astronáutica soviética constitui uma notável contribuição para o cumprimento dos grandes objectivos fixados pelo 25.º Congresso do PCUS, relativos às investigações espaciais; há interesse da ciência e da economia nacional», pela paz e o progresso e para bem de toda a humanidade.

Pela sua participação decisiva nesta grande realização da astronáutica soviética foram atribuídos aos cosmonautas Vladimir Liakhov e Valeri Rioumine os títulos de heróis da União Soviética. A Vladimir Liakhov foi ainda atribuído o título de «piloto-cosmonauta da URSS».

Na mensagem, como nos títulos atribuídos aos cosmonautas, fica destacada a importância do êxito, valorizada a ampla e colectiva participação de trabalhadores de

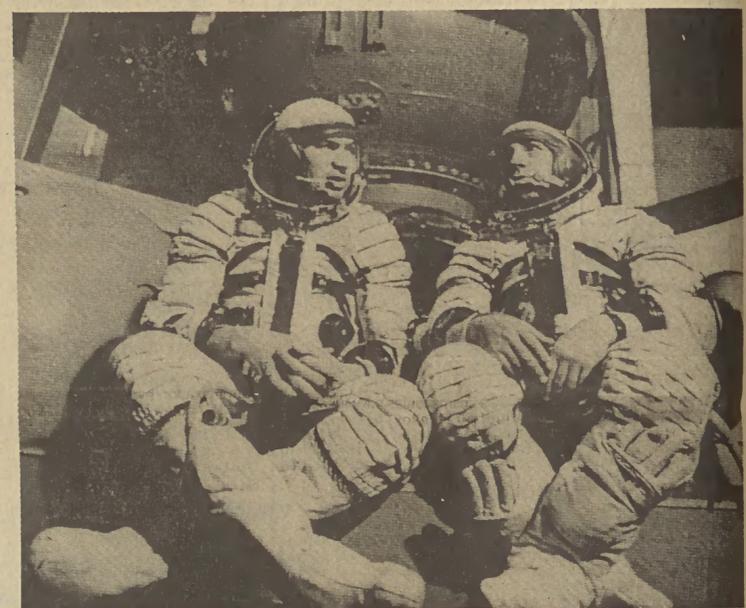
diversos sectores na sua realização.

Para além da mais saliente característica deste voo — a sua duração até hoje inédita — outros factos importantes ressaltam.

Durante os cerca de dois anos de permanência no espaço, a estação «Salut-6» recebeu não só cosmonautas soviéticos, mas também cosmonautas da Checoslováquia, Polónia, RDA e Bulgária, e contou com a contribuição técnico-científica de todos estes países, o que atesta do carácter frutuoso da cooperação científica entre países socialistas no quadro do programa «inter-cosmos».

O mais importante

As experiências científicas realizadas — 50, nomeadamente com metais — permitiram dar passos na técnica, de impossível realização na Terra. Também na que respeita às reacções humanas nas condições de impossibilidade, pôde-se tirar a importante conclusão de que o homem é capaz de trabalhar activamente e por longos períodos de tempo nessas condições, com saúde e uma elevada capacidade de trabalho.



Valeri Ryumin e Vladimir Lyakhov: seis meses no espaço — não apenas um recorde, mas também e principalmente uma oportunidade até hoje única de realizar dezenas de experiências e observações científicas de extraordinário significado

«Bandeira da Paz» em Sofia abriga mais de mil crianças

Até ao próximo sábado, Sófia, capital da Bulgária, é ponto de encontro e de fraternidade entre 1300 crianças vindas de 80 países dos cinco continentes. Isto porque desde 15 e até 25 de Agosto se realiza naquela cidade a Assembleia Internacional da Criança «Bandeira da Paz».

Constituindo um autêntico festival de criatividade e arte infantil, representando uma ocasião ímpar de convívio, a Assembleia inclui realização de jogos, carnavais, festivais de canção, encontros diversos em que as crianças desenharam, tocam instrumentos musicais ou simplesmente brincam em conjunto. Como pontos de destaque no Programa, decorrem até sábado:

- Uma exposição internacional de criação artística infantil onde estão patentes obras de diferentes géneros de artes plásticas, entre os quais mais de 3000 desenhos vindos de 80 países;
- Um Festival de interpretação e composição musical infantil, que engloba uma série de manifestações artísticas, nomeadamente concertos de crianças, intérpretes e compositores. Mais de 80 obras musicais compostas por crianças serão executadas neste festival;

pedagogos e artistas que têm sido encontros diversos com as crianças participantes na Assembleia.

PRESENTE 13 CRIANÇAS PORTUGUESAS

As delegações dos países socialistas, assim como dos

e meninos. Outros números: dos Estados Unidos chegaram 30 crianças, de Inglaterra 15, de França 22, de Espanha 14, de Itália 20, da Holanda 14, da Suíça 10, da Áustria 15, da RFA 9, de Berlim Ocidental 10, da Suécia 5, etc. E de Portugal, entusiasticamente presentes nesta realização que marcará as suas jovens vidas, encontram-se as 13 crianças cuja participação foi organizada pela Associação Portuguesa-Bulgária, através de um concurso de pintura infantil subordinado ao tema «Ano Internacional da Criança».

A Assembleia Internacional da Criança «Bandeira da Paz» que decorre sob o patrocínio de honra do Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Bulgária, o camarada Todor Jivkov, e do director-geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, encerra já no próximo sábado. Mais dela, através dos 1300 participantes, chegará a todos os povos a mensagem de paz, de amizade, contida nas palavras das crianças búlgaras para todas as crianças do mundo:

«Não há fronteiras entre nós. As fronteiras não fomos nós que as inventámos. Há apenas distâncias que nos separam e que estamos decididas a ultrapassar.»

Capitalismo: onde não há futuro para a maioria imensa de crianças



Na África do Sul e na Rodésia, postos avançados do imperialismo, as crianças das populações negras vivem num estado próximo de escravidão. Segundo o Jornal de Joanesburgo, «Sunday Times», os plantadores brancos estabeleceram para o trabalho infantil nas plantações as seguintes «tarifas» (por 9 horas diárias): 90 cêntimos se a criança pesa menos de 48 quilos; e 1 rand e 10 cêntimos se pesa de 48 a 52 quilos. Mais de 80 por cento das crianças negras destes países encontram-se num estado crónico de subalimentação e a mortalidade infantil (nomeadamente causada por fome qualitativa e quantitativa e tuberculose) é das mais elevadas do mundo

coleção **DOSSIER**

edições Avante!

DOSSIER ANTI COMUNISMO

25 de Abril Responsabilidades

DOSSIER ELEIÇÕES

EM QUE SENTIDO SE DESLOCA O ELEITORADO PORTUGUÊS?

1ª análise dos resultados

ASSINALE OS VOLUMES PREENCHA O CUPÃO E ENVIE PARA

CDL - DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

AV. SANTOS DUMONT 57-4.º ESQ.

LISBOA-1

CDL a distribuição

Semana

15 Quarta-feira 1914 - O Canal do Panamá é aberto à navegação.

Centenas de mauritanos manifestaram-se nas ruas contra a presença de tropas marroquinas no Sul do Saara, recentemente desocupado pela Mauritânia na sequência de um acordo com a Frente Polisário. Andrew Young, representante permanente dos EUA na ONU, demite-se na sequência de um alegadamente não autorizado encontro com representantes da OLP.

16 Quinta-feira 1925 - É fundado, no clandestinidade, o Partido Comunista de Cuba.

Uma informação médica divulgada no Rio de Janeiro assinala o perigo de vida que neste momento correm 14 presos políticos que há 25 dias fazem greve da fome por uma amnistia total.

17 Sexta-feira 1945 - É proclamada a República da Indonésia

No Brasil, a vaga de greves estende-se já a sete Estados. Na generalidade, os trabalhadores reivindicam aumentos de salários. Também em Espanha, acabada a greve dos empregados das estações de serviço privadas, que obtiveram 11% de aumento, o movimento grevista prossegue, agora entre a quase totalidade dos pescadores da sardinha da Galiza.

18 Sábado 1896 - Marconi experimenta com êxito a telegrafia sem fios - a TSF que iria revolucionar o mundo das comunicações.

Os cosmonautas soviéticos Vladimir Liakov e Valery Riumin regressam à Terra, depois de terem batido o recorde de permanência no espaço, mantendo-se 175 dias a bordo da nave espacial "Saliut-6". A tragédia de Movi, na Índia: calcula-se que mais de 25 mil pessoas pereceram em consequência do rebentamento de uma barragem, no último fim-de-semana.

19 Domingo 1953 - Queda de Mossadegh, 1.º-ministro da Pérsia (Irão) em 1950, que nacionalizou a indústria petrolífera, até então explorada pelos ingleses.

Um relatório de uma comissão das Nações Unidas afirma que o governo do Haiti vende por ano à República Dominicana milhares de emigrantes, ao preço de 11 dólares por pessoa.

20 Segunda-feira 1883 - Nasce Benjamin Harrison, advogado, do Partido Republicano, que seria (de 1889 a 1893) o 23.º presidente dos EUA.

Em Viena de Áustria tem início a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Desenvolvimento. Cerca de 4 mil conferencistas representam 150 países, organismos técnicos da ONU e outros organismos internacionais.

21 Terça-feira 1635 - Morre Lope de Vega, famoso poeta e autor de teatro espanhol.

O rei Hassan de Marrocos insiste nos "direitos históricos" do seu país sobre a totalidade do ex-Saara Espanhol, cuja independência é reivindicada pela Frente Polisário. A actual taxa de inflação na Inglaterra atinge um valor recorde: 156%.

Que futuro para a Rodésia se debate em Londres?

Está convocada para 10 de Setembro, em Londres, uma conferência constitucional sobre a Rodésia, nos termos do plano aprovado na cimeira da Comunidade Britânica.

A partida, a própria convocação pela Grã-Bretanha da conferência de Londres constitui uma derrota dos anteriores planos neocolonialistas.

Para se poder compreender melhor o carácter de recuo real que esta conferência representa, importa ir um pouco atrás e ver como se chegou aqui.

A derrota de um plano neocolonialista

Para se poder compreender melhor o carácter de recuo real que esta conferência representa, importa ir um pouco atrás e ver como se chegou aqui.

situação de reconhecimento internacional da velha situação com novas roupagens, e abriu-lhe simultaneamente a divisão, a nível interno, das massas populares negras, passando pelo isolamento do movimento de libertação.

Mas do plano nada ficou senão o seu verdadeiro carácter de embuste, bem expresso na denominação «Zimbabwe-Rodésia» que mais não representa do que uma situação de impasse, de impossível compromisso entre um projecto neocolonialista e o futuro de um povo livre.



Muzorewa, a fachada governante dos interesses reaccionários no Zimbabwe-Rodésia e dos interesses britânicos na zona, deu mais um passo atrás, ao aceitar participar na conferência de Londres que constitui, pela própria, uma derrota dos planos neocolonialistas

Falhaço da política dos EUA no Médio Oriente

Salta neste momento particularmente à vista o falhaço da política dos Estados Unidos no Médio Oriente. Criando uma situação perigosa na zona, tal política colocou simultaneamente Washington numa posição complexa e delicada.

O caso da demissão do embaixador norte-americano na ONU, Andrew Young, não passa do expoente de uma política claudicante, face à situação gerada no Médio Oriente com os acordos de Camp David: a divisão entre governos conservadores árabes, produtores de petróleo, e o governo sionista de Israel, ponta-de-lança do imperialismo na zona.

O saldo actual de Camp David

Camp David não abriu as sonhadas portas ao divisionismo entre povos árabes, não cavou o isolamento da OLP (apesar da clara heterogeneidade de interesses e posições políticas representadas pelos diferentes países árabes), antes circunscreveu os EUA a dois únicos apoios explícitos para a sua política: Israel e Egito.

pelos forças progressistas), que considerou que o Tratado de Camp David aumenta o perigo de guerra no Médio Oriente. Em Israel e no Egito acentuou as dificuldades internas: na primeira quinzena de Agosto, e face ao constante aumento dos preços, determinado também pelo reforço constante do aparelho militar, detlagou em Israel uma greve geral, que mobilizou mais de um milhão de trabalhadores - cerca de um terço da população de Israel e 50% da força activa do País; no Egito, onde a repressão é cada vez mais uma constante, foi desencadeada uma vaga de prisões, que atingiu também o Partido Comunista do Egito, na clandestinidade.

A resolução 242

A demissão de Young surge na sequência de um contacto do

esbarrar-se com algumas dificuldades. Por um lado surgiu recentemente, no seio das forças armadas racistas, um movimento de oposição ao regime racista, o «Zimbabwe democrático»; o esforço de «africanização» das forças repressivas, através da obrigatoriedade de recrutamento dos negros instruídos dos 16 aos 60 anos, não só esbarra com claras resistências, como introduzirá inevitavelmente no exército racista o fermento da sua dissolução, pois a ligação entre a população africana e o movimento de libertação é uma realidade insubstituível.

Os perigos que se mantêm

Se a conferência de Londres é uma derrota para fanteoches e forças colonialistas, nem por isso constitui menos também um novo esforço para «resolver» a difícil questão Rodésia, dentro dos estereótipos do neocolonialismo.

A anunciada «pacificação», na verdade destinada a atingir o movimento de libertação, não só não conduziu a qualquer limitação da actividade guerrilheira, como acabou por se resumir a uma estranha fórmula de «paz»: persegui os patriotas «onde quer que eles se encontrem». Em síntese: reforço da repressão - domínio onde parece também



Muzorewa, a fachada governante dos interesses reaccionários no Zimbabwe-Rodésia e dos interesses britânicos na zona, deu mais um passo atrás, ao aceitar participar na conferência de Londres que constitui, pela própria, uma derrota dos planos neocolonialistas

EUA: números elucidativos

A crise do sistema capitalista pesa de forma cada vez mais acentuada também nos países capitalistas desenvolvidos. Pela sua própria evolução como sistema historicamente condenado. Por elementos que se destacam nesse processo, como a crescente dificuldade em exportar a crise para os países antes presos na órbita do grande capital.

Na sua análise da situação económica na primeira metade do ano, a comissão económica conjunta do Congresso dos EUA esboçou perspectivas bem pouco atraentes para a economia e para o nível de vida do país.

Entretanto, os números referentes aos lucros das grandes empresas não reflectem estes graves problemas destacados pela comissão económica do Congresso. Na verdade, e de acordo com as informações da revista dos homens de negócios norte-americanos, os lucros dos 865 maiores monopólios dos EUA aumentaram em média 24% no segundo trimestre deste ano, em relação a igual período do ano passado.

Da situação revelada nos números oficiais referentes aos Estados Unidos ressalta, não só o tipo e a acuidade dos problemas do sistema, mas também quem ganha e quem perde na estrutura capitalista. Que «interesses» dos EUA estão em causa quando se ameaça com o recurso à força para obtenção do petróleo; que «civilização ocidental» se sente ameaçada com movimentos revolucionários, com a defesa das riquezas nacionais em que estão empenhados muitos países em vias de desenvolvimento.



Um dos sintomas mais recentes do falhaço da política dos Estados Unidos no Médio Oriente é a demissão compulsiva de Andrew Young do cargo de embaixador dos EUA na ONU. Young limitara-se a ser realista e a exprimir uma opinião que é já de muitos americanos: os EUA não podem continuar a hostilizar a OLP

lidas. Facto entretanto utilizado pela CEE (com destaque para a França) que, exprimindo as suas dúvidas sobre os resultados de Camp David (que no momento próprio foi realçado, por toda a propaganda capitalista, como um passo para a paz), condenando a política sionista em relação aos colonatos, elabora planos de «co-

A análise da OLP

Na reunião realizada no fim da primeira quinzena de Agosto, o Conselho Geral da Palestina, órgão executivo da OLP, analisando a actuação dos Estados Unidos, denunciou o carácter oportunista da aproximação com a OLP, que visa dividir os povos árabes, desviar a atenção da perigosa política seguida pelo imperialismo no Médio Oriente, atrair algumas nações árabes ao processo iniciado em Camp David e, no fundo, se insere na campanha para as eleições presidenciais nos EUA.

Quem está interessado em dividir o povo iraniano?

A sede do Partido Tudeh (comunista) do Irão foi encerrada nos primeiros dias desta semana e ocupada por um contingente de 200 guardas revolucionários islâmicos. Uma medida que se segue à proibição da imprensa do Partido e aos ataques aos centros de Tudeh por todo o país, e se insere na ofensiva generalizada contra as forças de esquerda que assume, quer a forma de medidas repressivas oficiais, quer a de confrontos e ataques por grupos numerosos de jovens islâmicos.

Esta perigosa evolução do país a nível de política interna surge como objectivamente contraditória face às reais conquistas revolucionárias e põe em causa uma base fundamental do novo país por que morreram muitos milhares de patriotas iranianos: a liberdade. Anticomunismo e anti-imperialismo são dois princípios de facto opostos e que cada vez é mais difícil de artificialmente equilibrar.

A exacerbção do factor religioso no Irão está a conduzir a uma perigosa cisão entre as forças populares iranianas. Ergido-se a falsa fronteira entre «islâmicos e não-islâmicos», procede-se a uma divisão entre os que ontem se bateram lado a lado contra a tirania do Xá, contra o domínio do imperialismo americano, e que na verdade estão objectivamente interessados na concretização de medidas revolucionárias que favoreçam as mais amplas massas trabalhadoras.

esquerda e se tende para a sua ilegalização; e se recorre a métodos exclusivamente repressivos face a problemas reais como o da existência de diversas nacionalidades, que só as forças reaccionárias internas e o imperialismo podem estar interessados em acentuar e arrastar.

No dia 1 de Agosto registaram-se os mais graves incidentes de rua desde o derrube do Xá. Significativamente, no confronto entre uma manifestação pacífica destinada a protestar contra a decisão governamental de supressão da liberdade de imprensa. Seguiram-se os violentos ataques de jovens islâmicos contra sedes de movimentos laicos, como é o caso dos Mujahideen, e contra a sede do Partido Tudeh (comunista). É verdade que a intervenção dos guardas islâmicos impediu, até certo ponto, que a violência, que deu origem a centenas de feridos, assumisse ainda mais graves proporções. Entretanto, as medidas tomadas pelo governo atingem, fundamentalmente, as forças de esquerda: a proibição de diversos jornais, entre os quais o órgão central do Partido Tudeh, e a ordem do procurador islâmico de Teerão, para que todos os grupos e partidos políticos entreguem as armas e evacuem os edifícios públicos ocupados desde a revolução de Fevereiro.

Simultaneamente, no Curdistão, a luta entre o movimento autonomista e o governo iraniano, assume

proporções de grande violência, que de forma alguma podem favorecer o curso do processo revolucionário.

A evolução dos acontecimentos no Irão está a originar uma significativa reacção por parte das forças de direita, a nível internacional. Não por acaso, ressurgiu a cínica afirmação dos «méritos» da sangrenta ditadura do Xá, apresentada como «liberal». Não por acaso, o último chefe de governo da monarquia, Bakhtiar, condenado à morte à revelia, se declara pronto a reassumir as rédeas do poder num país cujo povo tão hercicamente rejeitou o domínio do imperialismo e dos seus servidores.

Na verdade a reacção internacional - escamoteando o mais possível as realizações positivas entretanto operadas, como as nacionalizações e uma política externa anti-imperialista, silenciando até, de momento, o imenso valor, a nível estratégico e económico, que o Irão representa para o imperialismo - está a apostar claramente nos elementos negativos que se desenvolvem através da exacerbção do factor religioso.

A situação que actualmente se vive no Irão só poderá ser superada pela unidade do seu povo na defesa das conquistas revolucionárias. Só a reacção e o imperialismo podem estar interessados na destruição dessa unidade, neste caso através de uma arma tão preciosa e eficaz como o fanatismo religioso.

«Patrões» da Ordem dos Médicos jogam com a saúde pública

A legal e «selvagem» greve desencadeada há cerca de mês e meio pela Ordem dos Médicos assumiu nos últimos dias aspectos tão caricatos que, não fora a gravidade da situação provocada aos milhares de doentes que não têm quem lhes preste assistência, acabaria por se tornar profundamente ridícula.

Com efeito, após radicalizarem as suas posições ao ponto de se recusarem a passar certidões de óbito e a dar alta aos doentes, garantindo apenas a assistência aos casos de urgência comprovados (?), alegadamente com o objectivo de forçar a promulgação do seu estatuto profissional, os patrões da Ordem descobriram de súbito que o diploma aprovado pelo defunto governo de Mota Pinto, e que estaria na base da greve desencadeada, não corresponde «ao que tinha sido prometido à classe».

Se esta desumana actuação dos negociantes da saúde não tivesse um cariz claramente político — a inviabilização do Serviço Nacional de Saúde — seria forçoso concluir da completa irresponsabilidade da Ordem que não hesita em lançar a classe na luta por um diploma que afinal, desconhece!

A desorientação crescente da Ordem, alvo de uma cada vez maior indignação popular, está bem expressa nas palavras recentemente proferidas pelo seu bastonário, Gentil Martins, que ao afirmar que o estatuto médico dever ser publicado «de qualquer maneira», reconhece que

o mesmo é um documento «necessariamente provisório» e que «terá de ser revisto»...

Ao não admitir o carácter político da greve, a Ordem passa a si própria o mais acabado atestado de insanidade mental.

Mas é por demais evidente que o estatuto reivindicado não passa de uma capa para esconder os reais objectivos dos dirigentes da Ordem dos Médicos.

Como a propósito declarou a semana passada a direcção do Movimento de Saúde Comunitária (MSC), o que a Ordem verdadeiramente pretende é impor o seu

próprio projecto de «norma e disciplina convencional», que «visa manter os privilégios económicos de um reduzido sector da classe e enferma de todos os inconvenientes da medicina livre».

Reconhecendo embora a pertinência da maior parte da reivindicação laboral da classe médica, o MSC denuncia contudo o «aproveitamento que as cúpulas da Ordem estão fazendo do compreensível espírito de protesto existente, lançando um largo sector da classe num movimento grevista, ao qual hora a hora conferem mais agressividade e virulência».

A ser plenamente levada à prática, tal medida teria consequências gravíssimas dado que os corpos, não podendo ser enterrados, serão obviamente canalizados para a morgue, já completamente superlotada, devido à falta de meios humanos e técnicos.

Não menos grave seria a falta de passagem de «altas», que não só irá superlotar ainda mais os hospitais como lesar gravemente os beneficiários da Previdência, que desta forma verão os seus recursos reduzidos, uma vez que vencido o tempo de «baixa» deixam de receber os respectivos subsídios.

A justificada indignação popular condenou já inequivocamente a greve selvagem da Ordem dos Médicos. Mesmo entre estes, são cada vez em maior número os que ganham consciência das verdadeiras intuições dos «patrões» da Ordem. Importa agora que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias à defesa dos interesses das populações.

Na verdade, não obstante o Conselho de Ministros ter já informado que irá estudar uma nova versão sobre o estatuto do médico e que prevê para breve a consulta às organizações profissionais dos médicos sobre a versão que está agora a ser ultimada, a Ordem agravou a situação existente com a não passagem de certidões de óbito, embora esta medida contrarie expressamente as normas da própria Comissão Nacional de Deontologia da Ordem dos Médicos.

A ser plenamente levada à prática, tal medida teria consequências gravíssimas dado que os corpos, não podendo ser enterrados, serão obviamente canalizados para a morgue, já completamente superlotada, devido à falta de meios humanos e técnicos.

Não menos grave seria a falta de passagem de «altas», que não só irá superlotar ainda mais os hospitais como lesar gravemente os beneficiários da Previdência, que desta forma verão os seus recursos reduzidos, uma vez que vencido o tempo de «baixa» deixam de receber os respectivos subsídios.

A justificada indignação popular condenou já inequivocamente a greve selvagem da Ordem dos Médicos. Mesmo entre estes, são cada vez em maior número os que ganham consciência das verdadeiras intuições dos «patrões» da Ordem. Importa agora que as autoridades competentes tomem as medidas necessárias à defesa dos interesses das populações.



A Ordem ordenou uma greve ilegal. Ordenou que a saúde pública passasse a não existir, que um direito essencial do povo se menosprezasse em nome de interesses político-partidários. Ordenou que milhares de doentes sem assistência corressesem graves riscos

O escândalo de Avis requer inquérito e sanções severas

O presidente da Câmara Municipal de Avis, José Luís Correia da Silva, um eleito do povo, foi torturado e ameaçado de morte no posto local da GNR. Utilizando métodos pidescos, guardas da GNR insultaram e espancaram brutalmente o representante máximo da comunidade municipal.

As forças democráticas e as populações indignam-se com o que é isto possível no Portugal de Abril? Poderá o comandante-geral da GNR transigir com situações destas?

Os actuais governantes não poderão deixar de encará-lo, desde já, medidas severas para que não mais se tornem possíveis atentados à democracia e aos direitos humanos como o ocorrido em Avis. O actual Governo — que forças antidemocráticas quiseram inviabilizar — não pode deixar-se envolver numa dinâmica antidemocrática posta em movimento pela sinistra equipa de Vaz Portugal, através da qual os agentes da reacção agrário-feudal ganharam redea solta e a mantêm mesmo depois de afastado o Governo Mota Pinto. Tal envolvimento não poderá nem dever ser verificado. Assim exige o necessário apaziguamento político e social. Assim exige a democracia e o Portugal de Abril.

Fazendo eco da vontade das populações, deputados do PCP e do PS pediram esclarecimentos ao ministro da Administração Interna sobre a instauração de um inquérito aos responsáveis pelas violências da GNR em Avis. Por sua vez, diversos presidentes de Câmaras Municipais, em entrevistas pedidas para o efeito, com o vice-presidente da Assembleia da República, com o Ministério da Administração Interna e com o Comando Geral da GNR, expuseram as suas preocupações face a este caso em que um representante do órgão autárquico fica à mercê de escandalosas arbitrariedades que não dignificam uma corporação.



José Luís

Outros casos

As interrogações e os pedidos de esclarecimento avolumam-se quando se repara que o caso de Avis não é isolado, não é fruto de um qualquer megalómano, mas antes se insere no clima geral de desestabilização da vida política e social de que o MAP de Vaz Portugal e o Governo de Mota Pinto são responsáveis, no clima de violência que tem marcado as populações alentejanas e ribatejanas, ricas de um passado de luta que tem dignificado no presente na resistência à política latifundiária de sucessivos governos de direita. Nos últimos tempos, o clima de instabilidade tem sido nítida e provocatoriamente intensificado: é o caso da ocupação de Pias com 500 guardas e os espancamentos então ocorridos, é o caso de Casabres, em cujas terras expropriadas e agora ilegalmente regressadas às mãos sabotadoras dos agrários, correu sangue dos trabalhadores, é agora o caso de Avis. E menos notório, mais apagado, mas ainda assim generalizando-se pelo Alentejo, são as caças à multa e perseguições aos trabalhadores nas suas motorizadas ou aos transportes das cooperativas: são velhos militantes do PCP e outros trabalhadores democratas

chamados a postos da GNR para mostrarem o cartão de identidade para «se ver se as suas moradas estão actualizadas», e as ameaças que, nestas ocasiões, são lançadas contra os que trabalham as terras.

Caça às «bruxas»? Regresso, em alguns pontos do país, a métodos do 24 de Abril?

A opinião pública tem de ser informada. As forças democráticas mais representativas já tomaram posição e novos passos se impõem para travar o caminho da violência. Os responsáveis governamentais e outros têm de resolver esta situação que não os dignifica e os pode envolver numa dinâmica antidemocrática em absoluto indesejável. Urge a tomada de medidas e o termo das ambiguidades. Os factos perante-se não numa câmara escura qualquer. Mas à vista, das populações. E deixaram marcas dolorosas nos que sofreram a brutal força física dos que não têm outro tipo qualquer de argumentação ou razão.

Os factos

O pretexto utilizado por homens da GNR de Avis, que a população, apesar de tudo desta caça da restante corporação, foi o da Câmara Municipal ter cedido a quatro guardas florestais uma casa — que é sua propriedade — devolvida por abandono do comandante da GNR. Apesar da não utilização, este recusou-se a ceder as chaves embora a Câmara Municipal afirmasse que, em caso de necessidade, haveria sempre uma casa assegurada para o comandante do posto. Aos guardas florestais, um dos quais casado e com dois filhos, sem qualquer outro alojamento, foi cedida a casa em Julho. Curiosamente, passadas três semanas, quando o Governo Mota Pinto acabava de se despedir com violência em Casabres, a GNR expulsou de casa os guardas florestais, despejou os seus haveres, criando um clima de indignação

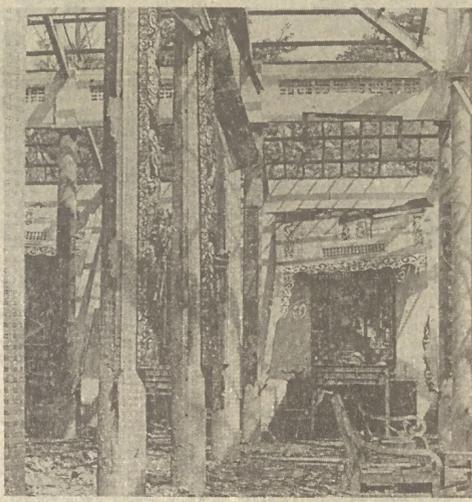
entre a população, do qual é directamente responsável.

No dia 15 deste mês, decorridas cerca de 48 horas sobre o despejo dos guardas florestais, José Luís, presidente da Câmara Municipal de Avis, foi notificado por uma patrulha da GNR para se dirigir de imediato ao posto. Ai, até à tarde, sete guardas espancaram-no brutalmente, batendo-lhe na cabeça, no pescoço (que descalçaram), atirando-lhe com baldes de água fria, insultando-o. Libertado à tarde, José Luís teve de receber tratamento no Hospital de Portalegre. Um outro trabalhador da Cooperativa «1.º de Maio» de Avis, José Buraco, foi preso e brutalmente agredido à porta do posto da GNR.

No dia 16, José Luís e José Buraco são sujeitos a julgamento sumário. O julgamento ficaria adiado para novas averiguações. No mesmo dia, mais de 7000 pessoas de Avis e arredores manifestaram-se nas ruas da vila contra a repressão exigindo que os agressores sejam transferidos e punidos.

Os factos aqui estão e eles falam por si. Nomeadamente o hiato de três semanas entre a cadência da casa aos guardas florestais e a actuação da GNR local, com reforços de Évora, é um aspecto significativo.

A população e as forças que a representam, não confundem a totalidade do corpo da GNR com alguns oficiais que a partir de Évora actuam praticamente à margem da lei criando por todo o Alentejo um clima de intimidação e terror. A população conhece-os e aponta-os a dedo: são o capitão Correia Dias, o tenente Jerónimo Santos e Miguel Santos, o capitão Matias, o capitão Faria, o tenente Ferro, de Beja, o sargento Ramos, de Fronteira, e outros. Para estes e demais implicados, a população, as forças democráticas exigem inquérito à sua actuação e responsabilização dos seus actos. Para que se possa dizer que a autoridade democrática não é, no país, letra morta, prática impunemente violada.



Durante as incursões armadas das tropas de Pol Pot no interior do Vietnam, nada era poupado. Na foto: o estado a que ficou reduzido um pagode budista, em Bachuc, em Abril do ano passado

KAMPUCHEA

As crianças do Kampuchea voltam finalmente às escolas. Famílias reencontram-se e regressam, quando possível, às suas casas, lançam-se as bases da vida social, política e económica, nas difíceis condições de um país cujas estruturas mais elementares, sem as quais não é possível pensar nem actuar em termos de presente, mas unicamente de passado, foram totalmente destruídas, e aniquilada a maioria esmagadora dos técnicos, dos professores, ou simplesmente dos que sabiam ler. Estes são crimes agora denunciados, com a força do testemunho vivo, no julgamento à revelia de Pol Pot e Ieng Sary, em Phnom Penh, condenados à morte por crime de genocídio: o assassinato de três milhões de pessoas, a destruição de todos os valores sociais, económicos e culturais do país, o aprisionamento da população em «campos de trabalho forçado em condições calculadas para a destruir física e mentalmente».

Entretanto, Washington reúne esforços para alterar a situação actual, pela imposição exterior de um «governo de coligação». Significativa preocupação do imperialismo, quando um povo reconstrói a vida destruída por um regime criminoso que, a seu tempo, não mereceu tais «cuidados» da Casa Branca...



Durante a ditadura de Pol Pot, os opositores ao regime eram sistematicamente expulsos da capital. Na foto: na altura da libertação, uma antiga professora conta aos jornalistas a sua odisséia

Os crimes monstruosos do regime pró-chinês afectaram gravemente o país

Unidades militares do novo regime de Phnom Penh ajudadas por vietnamitas aniquilaram e destruíram as últimas forças e bases mais importantes dos restos do exército do anterior regime pró-chinês de Pol Pot, que ainda lutavam nos distritos montanhosos, nas florestas fronteiriças e nas ilhas costeiras, segundo informou recentemente um comunicado do Ministério da Defesa do Kampuchea.

O comunicado faz o balanço final de seis meses de operações, em que foram postos fora de acção cerca de 42 mil soldados de Pol Pot e capturadas dezenas de milhares de armas de todas as espécies. O regime de Pol Pot e Ieng Sary entrou em colapso em Fevereiro último, quando tropas da Frente Unida Nacional de Salvação do Kampuchea (FUNSK) avançaram sobre a capital do país e a tomaram. Os restos do exército «kmer vermelho» refugiaram-se então nos distritos sudoeste do país, de difícil acesso, na fronteira com a Tailândia, atacando e sequestrando elementos da população civil.

O esmagamento agora alcançado dos elementos que ainda resistiam vem possibilitar o regresso a uma completa normalidade em todo o território do Kampuchea.

A derrota de Pol Pot nas florestas representa também um duro golpe para Pequim que assim vê frustradas as suas esperanças de manter na Indochina um foco de tensão e de guerra que obrigasse os vietnamitas, pressionados por si na fronteira norte, a manterem uma importante ajuda ao Kampuchea Popular, extremamente debilitado pelos resultados práticos do modelo imposto por Pol Pot e Ieng Sary, que ia levando ao genocídio da população do país.

A subcomissão da ONU contra a discriminação calcula, com

efeito, entre 2,5 e 3 milhões o número de kampucheanos que foram massacrados pelo regime de Pol Pot, desde que em Abril de 1975 ele tomou o poder em Phnom Penh. Ainda actualmente se descobrem no Kampuchea fossas e covas cheias de milhares de cadáveres.

Foi para apurar os crimes de genocídio cometidos no país que o novo regime instituiu um Tribunal Popular Revolucionário, cujo decreto de criação precisa o carácter desses crimes: organização de assassinatos massivos sistemáticos de pessoas inocentes, expulsão da população urbana e rural para regiões recuadas do país, onde, em «comunhas», faziam trabalhos forçados, proibição dos cultos religiosos, destruição da estrutura económica e cultural do Estado, com a aniquilação física de todos os técnicos e outras camadas intelectuais, destruição das relações familiares.

Um pouco de história

O Kampuchea, antigo Cambódia, é um dos Estados mais antigos do Sudeste asiático. Surgiu no século nono, no vale do Mekong e regiões adjacentes.

Entre os séculos 9 e 13, o Estado Khmer tinha como centro a região de Angkor. O país teve um período florescente até ao século 15 e o povo khmer orgulhava-se, muito justamente, da sua civilização. O templo Angkor Vat, seu símbolo (do século 12) é uma jóia da arte khmer.

Durante a segunda metade do século 14 e início do século 15 os khmers foram vítimas de múltiplas agressões do exterior. Em 1432, na sequência de uma guerra com os povos vizinhos, o Cambódia de Angkor deixa de existir.

A reconquista da independência do Estado Khmer está ligada ao nome do príncipe Ponhea Yat

(1432-1459) que transferiu a capital para Phnom Penh. Mas como consequência de querelas entre os senhores feudais, o Cambódia cai rapidamente sob a suzerania dos Estados vizinhos da Indochina.

O Cambódia foi um dos primeiros Estados a cair sob a dependência colonial. Em 1863, a França impôs-lhe o seu protectorado e transformo-o, conjuntamente com o Vietnam, o Laos e uma parte do território chinês de Guizhouwan, na possessão colonial denominada União Indochinesa.

A dominação francesa da Indochina provocou a resistência dos povos locais.

Em 1930, no Congresso de

Hong-Kong, era fundado o Partido Comunista do Vietnam, a que aderem elementos do Laos e do Cambódia. Meses mais tarde, ainda em 1930, reúne-se em Saigão uma sessão plenária do Partido Comunista do Vietnam que, face à adesão dos laocianos e cambodjanos, toma a decisão de se transformar em Partido Comunista da Indochina.

Desde o início o Partido Comunista da Indochina, tendo à cabeça Ho Chi Minh, dirigiu a luta dos povos dos três países pela liberdade e independência.

O fim da Segunda Guerra Mundial e a capitulação do Japão impulsionaram a luta de libertação

nacional. Em 1945, era proclamada a República Democrática do Vietnam. Esse acontecimento teve sem dúvida, grandes repercussões nos outros países do Sudeste asiático. O povo khmer ampliou a luta anticolonialista e em Setembro de 1945, um mês depois da independência do Vietnam, pronunciou-se massivamente, em plebiscito, pela sua própria independência.

Os Estados Unidos tentaram ingerir-se activamente nos acontecimentos desta região, encorajando a França a estrangular os movimentos de libertação nacional da Indochina.

Os colonialistas depararam com uma forte resistência dos patriotas indochineses organizados e em luta por uma independência autêntica. Os movimentos de libertação nacional do Laos, Vietnam e Cambódia cresceram e a França foi forçada a abandonar a sua política colonizadora nesta região e a tentar ganhar para o seu lado os nacionalistas burgueses. Nesta situação, «concedeu» aos países da Indochina uma certa «independência».

Os Estados Unidos apressaram-se a reconhecer os novos regimes, com quem estabeleceram contactos directos. Tratava-se de ensaiar a sua própria dominação e ganhar terreno aos comunistas.



Um dos aspectos mais monstruosos da acção do regime de Pol Pot reside na deslocação forçada das populações dentro do país. Na foto: uma família kampucheano prepara-se para regressar ao lar

americano, base para a luta contra o movimento de libertação nacional da Indochina.

Noro do Sihanouk, caracterizou, então, o golpe de Estado como ilegal e inconstitucional e anunciou a criação da Frente Unida Nacional do Kampuchea (FUNK) e de um exército de libertação nacional.

Os primeiros dias que se seguiram ao golpe, o Laos, o Vietnam e os patriotas do Cambódia decidiram convocar uma conferência de alto nível. Tratava-se de unir os esforços dos três povos contra o inimigo comum.

No que respeita ao Cambódia, Pol-Pot, Ieng Sary e os seus colaboradores mais chegados levaram para o seio do Partido Comunista uma orientação pro-moialista. Estes políticos tinham-se encontrado, durante os anos 60, com os dirigentes chineses e exprimindo a sua admiração pela «Revolução Cultural».

Em 1972, Pol Pot ocupou o cargo de secretário interino do Partido, depois do desaparecimento misterioso de Tach Smit. A Rádio Phnom Penh revelou, em 1974, que Pol Pot declarara a jornalistas jugoslavos que «Tuch tinha sido morto pelo inimigo».

Para se desembaraçar dos seus opositores, Pol Pot procedeu, secretamente, a uma depuração no Partido e nas Forças Armadas.

A «orientação» chinesa

Em Abril de 1975, a vitória das forças patrióticas sobre o regime pró-americano de Lon-Nol levou ao poder Pol-Pot. Porém, os novos dirigentes voltaram-se não só contra a reacção interna mas também contra todos quantos discordavam da orientação pró-chinesa que se opunha à aproximação e boa vizinhança

com os vietnamitas e laocianos.

Logo em Maio de 1975, as Forças Armadas do Kampuchea desencadearam uma série de provocações nas regiões fronteiriças do Vietnam. Estas acções converteram-se, depois, em verdadeira guerra, com incursões no território vietnamita, acompanhadas de massacres à população civil.

Entretanto, a China empenhava-se em aumentar os efectivos do exército de Phnom Penh. Sem este apoio da administração chinesa, o Kampuchea não poderia ter desencadeado a guerra contra o Vietnam.

A influência de Pequim sobre o Cambódia exprimi-se, também, na cruel ditadura militar que o regime de Pol Pot — Ieng Sary instaurou no país.

A trágica situação criada não podia manter-se e as acções populares contra o regime de Pol Pot — Ieng Sary ampliaram-se e começaram a ganhar um carácter revolucionário. Em 2 de Dezembro de 1978 surgiu a Frente Unida de Salvação Nacional do Kampuchea (FUNSK), presidida por Heng Samrin, um veterano lutador contra o imperialismo americano.

Foram libertadas vastas regiões do Cambódia, utilizadas para o treino das unidades do exército revolucionário. As forças patrióticas consolidaram-se.

Em 7 de Janeiro de 1979 as tropas revolucionárias entraram em Phnom Penh. Os chefes do regime despótico puseram-se em fuga e o Conselho Popular Revolucionário, fundado pela FUNSK, proclamou a República Popular do Kampuchea.